



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

ISSN 0872-1610

Relatório e Contas 2002

INSTITUTO
NACIONAL DE
ESTATÍSTICA

Catlogação Recomendada

RELATÓRIO E CONTAS. Lisboa, 1991-

Relatório e contas / ed. Instituto Nacional de Estatística.

- 1989- . - Lisboa : I.N.E., 1991- . - 30 cm

Anual

ISSN 0872-1610

ISBN 972-673-671-4

Director

Presidente do Conselho de Administração

Prof. Dr. Paulo Gomes

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Av. António José de Almeida

1000-043 LISBOA

Telefone: 21 842 61 00

Fax: 21 842 63 56

Capa, Composição e Fotografia

INE - Dep. Difusão e Promoção

NED - António Cabral

Impressão

INE - Secção de Artes Gráficas

Tiragem: 300 exemplares

Depósito legal n.º 79235/94

O INE na Internet

www.ine.pt



Índice

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
ACTIVIDADE ESTATÍSTICA	9
Coordenação e Planeamento	9
Estudos e Sínteses	10
Estatísticas da Agricultura e Pescas	11
Estatísticas da Indústria e Construção	11
Estatísticas dos Serviços	12
Estatísticas da População e do Ambiente	12
Estatísticas Socio-Económicas	13
Âmbito Regional	13
Difusão e Promoção	14
OUTRAS ACTIVIDADES	16
Apoio ao Funcionamento do Conselho Superior de Estatística	16
Cooperação Internacional	16
OS MEIOS DE PRODUÇÃO	18
Recursos Humanos	18
Infra-Estruturas Informacionais, Tecnológicas e de Comunicação	19
Recursos Financeiros	21
Situação Económica e Financeira	21
Investimentos	22
Balanço e situação patrimonial	22
Demonstração dos Resultados - Custos e Proveitos	23
Proposta de aplicação dos resultados	25
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	27
Balanço	28
Demonstração dos Resultados	30
MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	31
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	37
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA	63
PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO	67

RELATÓRIO E CONTAS 2002

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

INTRODUÇÃO

Este Relatório do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Estatística que, nos termos dos seus Estatutos, acompanha a apresentação das Contas do exercício financeiro do ano de 2002 tem por objectivo relevar os aspectos mais importantes da actividade desenvolvida pelo INE ao longo do último ano bem como os aspectos essenciais da execução financeira explanada nas Contas e respectivos Anexos.

No que concerne à gestão económica e financeira, a mesma desenvolveu-se num contexto particularmente difícil, atendendo ao desequilíbrio orçamental com que o INE se viu confrontado, face à redução bastante significativa da dotação do OE, concomitantemente com uma conjuntura de contenção da despesa pública.

Procurou-se, assim, obter ganhos de eficácia e eficiência pela optimização dos processos de produção estatística, quer nos planos metodológico quer dos meios operacionais de suporte à produção estatística, com vista à redução de custos.

Pese o facto de ter sido necessário recorrer à dotação provisional para equilibrar o orçamento de funcionamento, conseguiu-se cumprir o plano de actividades para 2002, o qual era bastante exigente, em particular pela demanda crescente a nível da matriz comunitária.

Subsistiu, no entanto, a inadequada forma – processual e formal- de financiamento da produção de estatísticas oficiais, as quais são na sua esmagadora maioria fruto de imposições legais, em particular de carácter comunitário.

Em particular, manteve-se a distorção proveniente da utilização de financiamentos de PIDDAC para suporte da actividade corrente, o que nos levou a quantificar pelo conjunto dos seus valores (Orçamento de Funcionamento e PIDDAC) e a designá-las como contribuições financeiras do Estado. Com efeito correspondem substantivamente à remuneração de serviços prestados pelo INE, o que aponta, mais uma vez o referimos, para a contratualização das relações financeiras entre o Estado e o Instituto. Esta solução, já acolhida pelo Governo em sede das Grandes Opções do Plano, continua, no entanto, a aguardar concretização.

As actividades realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística ao longo de 2002 foram financiadas por receitas que se fixaram nos € 42.615.416,04, dos quais 90,6% provieram do Orçamento do Estado e 9,4% de receitas próprias do Instituto. O conjunto daquelas actividades repartiu-se em dois grandes agrupamentos: a produção estatística e estudos, e a realização de investimentos, com relevo para os da área das tecnologias de informação e comunicação.

Entretanto, o exercício financeiro de 2002 foi encerrado com a demonstração de um resultado positivo de € 3.559.728,50, cuja origem se encontra devidamente explicada no anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados.

O presente relatório contém nos capítulos seguintes, e em conformidade com os Estatutos, um resumo das actividades desenvolvidas e as peças financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, legalmente requeridas. Uma descrição mais detalhada daquelas actividades, bem como das dos órgãos com competências delegadas pelo INE, encontrar-se-á no relatório de execução do Plano Anual de Actividades para 2002, em devido tempo apreciado pelo Conselho Superior de Estatística. Assim, relevamos apenas, nesta introdução, alguns domínios de actividades que, pela sua natureza, grau de exigência, ou carácter mais abrangente para o Instituto, cremos merecerem destaque especial.

No ano de 2002, o Sistema Estatístico Nacional (SEN) iniciou uma nova etapa do seu desenvolvimento, consubstanciada na adopção da Estratégia 2003-2007, que orientará as acções a estabelecer para este novo ciclo da actividade estatística oficial.

A coordenação estatística constitui uma função central no contexto da implementação do plano de desenvolvimento estratégico. Nesse sentido foram privilegiadas diversas iniciativas potenciadoras da

cooperação institucional no seio do SEN, visando otimizar a sua capacidade de resposta às crescentes exigências no grau de cobertura, na qualidade e na oportunidade da informação estatística produzida.

Igualmente, a coerência e integração dos produtos estatísticos oficiais inscrevem-se como objectivos prioritários de coordenação estatística, tendo, para o efeito, sido adoptadas diversas medidas de robustecimento metodológico. Neste âmbito, destacam-se os progressos obtidos na definição da arquitectura e modelos de suporte à organização dos produtos estatísticos em domínios lógicos, coerentes e integrados (sistemas de informação estatística), no desenvolvimento de um sistema integrado de ficheiros de unidades estatísticas, no desenvolvimento de um sistema geral de amostragem, no desenvolvimento de um sistema de meta-informação estatística harmonizado ao nível do SEN e no desenvolvimento de um Sistema de Informação Geográfica do INE.

Dando continuidade às iniciativas desenvolvidas em anos anteriores, o Conselho de Administração reforçou a incorporação dos novos avanços dados ao nível das tecnologias de informação e comunicação com vista à racionalização dos procedimentos de recolha, tratamento, análise, estudos e difusão da informação estatística, à obtenção de ganhos de fiabilidade e actualidade na informação produzida, bem como à diminuição da carga estatística sobre os inquiridos.

O ano de 2002 fica ainda marcado pela difusão dos resultados definitivos dos CENSOS 2001, num prazo que constitui um marco histórico na capacidade de tratamento da informação censitária, facto só possível devido às opções tecnológicas consideradas para o efeito em áreas como as da leitura óptica e das técnicas de reconhecimento de caracteres.

Parte significativa da actividade do INE desenvolve-se no quadro do Plano Estatístico Comunitário, sendo de destacar o Plano de Acção da União Económica e Monetária (UEM) e o exercício de Indicadores Estruturais.

O Plano de Acção da UEM foi aprovado pelo ECOFIN em 29 de Setembro de 2000 e estabelece metas no cumprimento de prazos muito exigentes em áreas como a das Contas Nacionais Trimestrais, as Estatísticas Trimestrais das Administrações Públicas, as Estatísticas do Mercado de Trabalho, os Indicadores de Curto Prazo e as Estatísticas do Comércio Internacional.

Em particular as Contas Nacionais Trimestrais deverão passar a ser difundidas a setenta dias do trimestre de referência. Foram introduzidas medidas de ajustamento e de encurtamento de prazos de disponibilização de vários indicadores que concorrem para a elaboração das Contas Trimestrais. Em consequência ficará assegurado o cumprimento do prazo comunitário a partir do primeiro trimestre de 2003.

O Conselho Europeu de Lisboa de 2000 definiu como objectivo estratégico da UE para a presente década “tornar-se na economia baseada no conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo, capaz de um desenvolvimento económico sustentável, acompanhado por uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e por uma maior coesão social”. Nesse contexto foi decidido implementar na UE um sistema de indicadores estruturais relativos ao enquadramento económico geral, ao emprego, à inovação e investigação, à reforma económica, à coesão social e ao ambiente. A compilação dos indicadores estruturais compete ao EUROSTAT e a validação aos institutos nacionais de estatística.

Neste contexto o processo de preparação do Relatório Síntese da Primavera de 2003 registou claras melhorias em relação a exercícios anteriores, quer do ponto de vista organizativo quer do ponto de vista da validação e certificação nacional dos indicadores comunitários.

Com o objectivo de dar continuidade à melhoria da qualidade deste sistema de indicadores o Conselho de Administração decidiu introduzir um conjunto de medidas que permitirão colmatar ou atenuar alguns dos constrangimentos que ainda subsistem, designadamente na articulação com outras entidades que intervêm no processo de validação, na compatibilização metodológica entre os indicadores comunitários e os correspondentes indicadores nacionais e no calendário de disponibilização dos dados de suporte ao seu cálculo.

ACTIVIDADE ESTATÍSTICA

A actividade do INE em 2002 desenvolveu-se de acordo com o Plano de Actividades aprovado pelo Conselho Superior de Estatística e será descrita com detalhe no Relatório Anual que será submetido à aprovação do mesmo Conselho. Por isso nos limitaremos a referir aqui os aspectos mais relevantes da actividade do Instituto no exercício em apreço, a qual continuou a ser predominantemente condicionada pelas necessidades de harmonização da produção estatística e de redução dos prazos de disponibilização dos resultados, decorrentes principalmente, das necessidades das Instituições da União Europeia, designadamente do Banco Central, do Conselho e da Comissão.

Coordenação e Planeamento

- No âmbito do reforço do Controlo de Qualidade dos Ficheiros de Empresas e Estabelecimentos, Administração Pública e Instituições sem Fins Lucrativos salienta-se a realização de actualizações com informação proveniente de fontes administrativas e inquéritos, e respectivo controlo de qualidade, excepto as actualizações relativas a criações de Empresários em Nome Individual, na sequência da publicação da Lei 271/99, em que a responsabilidade de registar os inícios de actividade para os Empresários em nome individual passou do Registo Nacional de Pessoas Colectivas para o Ministério das Finanças;
- Destaca-se, ainda, no âmbito dos ficheiros, a preparação de uma nova base de amostragem de unidades de alojamento (Amostra-Mãe), derivada da informação recolhida através dos Censos 2001;
- No domínio do apoio metodológico à actividade estatística são de realçar a definição de metodologias, selecção de amostras e cálculo de estimativas para o painel de empresas, com vista a obtenção de informação económica trimestral a 40 dias, e para o painel de empresas hoteleiras destinado a produzir informação sobre a evolução mensal do n.º de dormidas; e a definição da metodologia de selecção de um painel e estimadores para os fluxos do Comércio Internacional Intra-comunitário;
- No domínio da criação de instrumentos técnico-científicos de normalização salientam-se:
 - Definição das Linhas Gerais para o Sistema Integrado de Metainformação Estatística;
 - Concepção geral e detalhada do Sistema Integrado de Nomenclaturas Estatísticas;
 - Caracterização do Sistema de Informação Estatística sobre as Empresas, numa óptica de sector institucional;
- No âmbito da gestão das grandes nomenclaturas estatísticas salienta-se:
 - Acompanhamento dos trabalhos de revisão da NACE-Rev.1 e da CPA a nível comunitário;
 - Revisão da CAE Rev.2 no que diz respeito a estrutura, notas explicativas, tabelas de correspondência, Programa Geral de Aplicação e Índice Alfabético;
 - Aprovação a nível da estrutura do CSE do projecto de Decreto-Lei da CAE. Rev.2.1, do Programa Geral de Aplicação da CAE Rev.2.1 e das Tabelas de Equivalência entre a CAE Rev.2 e a CAE Rev.2.1;

No âmbito das actividades de Planeamento e Gestão da Qualidade destacam-se:

- Elaboração dos documentos “Linhas Gerais de Actividade Estatística Nacional” e “Estratégia 2007” definidos para o período 2003-2007, “Plano de Actividades do INE e das Entidades com Delegação de

Competências do INE 2003” e “Relatório de Actividades do INE e das Entidades com Delegação de Competências do INE 2001”;

- Acompanhamento da execução das operações estatísticas do Plano de Actividades 2002 e do Plano de Acção da União Económica Monetária;
- Coordenação do processo de validação de Indicadores Estruturais relativos a Portugal;
- Concepção do projecto de implementação de um novo Sistema Documental do INE;
- Concepção do projecto de implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) no INE (tendo como referência as Normas ISSO 14000) e a realização do “Inquérito de opinião aos colaboradores do INE, sobre a implementação do SGA no INE”;
- Participação no LEG Implementation Group on Quality, e em grupos de trabalho sobre a implementação das recomendações do LEG da Qualidade, ao nível do Sistema Estatístico Europeu.

Estudos e Sínteses

- Conclusão das Contas Nacionais definitivas para o período 1995-1999 (base 1995 - SEC95), uma vez ultrapassadas as dificuldades conceptuais e estatísticas entretanto diagnosticadas;
- Início dos trabalhos de concepção e lançamento de uma nova base de Contas Nacionais, centrada no ano 2000, baseada também no SEC95, mas que incorpore um conjunto significativo de melhorias estatísticas de natureza estrutural em relação à presente base 1995;
- Lançamento de um sistema de Contas Nacionais provisórias, que não só assegurará a disponibilidade de contas para 2000 e anos seguintes, no período de lançamento da nova base, como constituirá, mesmo em rotina, uma disponibilização antecipada de informação, com algum grau de detalhe, com um desfasamento, conforme os quadros, de 9 ou 12 meses em relação ao período de referência;
- Divulgação das Contas Regionais, consistentes com as Contas Nacionais definitivas, para o período 1995-1999, no que respeita aos principais agregados por ramos de actividade, com a desagregação geográfica NUTS II e NUTS III; no caso da FBCF a divulgação cingiu-se às NUTS II;
- Prossecução da produção de Contas Nacionais Trimestrais, com um desfasamento de 4 meses em relação ao período de referência; a estimativa preliminar dos agregados anuais Contas Nacionais de 2001, baseada no processo de produção das contas trimestrais, foi igualmente divulgada com idêntico desfasamento de 4 meses; na parte final do ano procedeu-se a um ensaio de produção de contas trimestrais a 70 dias;
- Disponibilização de dados nacionais de Contas Económicas da Agricultura, base 1995, série 1986-2001 e dados regionais, até região agrícola, de Contas Económicas da Agricultura Regionais, base 1995, série 1995-2000;
- Conclusão, nos prazos previstos, dos trabalhos inerentes ao “exercício dos défices excessivos”, em cooperação com o Ministério das Finanças e o Banco de Portugal; o INE participou igualmente na Comissão para a Análise das Contas Públicas, que examinou nomeadamente a conta, e apurou o défice, do ano de 2001;
- Foi reactivada a publicação de Síntese Económica de Conjuntura em Outubro de 2002, para a versão curta, e em Novembro para a versão mais longa, que analisava o comportamento da actividade económica portuguesa durante o 3º trimestre de 2002;
- Realização do primeiro exercício harmonizado ao nível comunitário sobre Demografia das Empresas,

promovido pelo EUROSTAT, com a obtenção de uma série de indicadores demográficos para o período 1997-2000.

No âmbito dos Estudos sobre a população, salientam-se:

- Disponibilização de uma nova série de estimativas intercensitárias da população segundo o sexo e a idade, desagregada até ao município, baseada nos resultados provisórios dos Censos 2001 e corrigida dos erros de cobertura dos Censos 91 e 2001; e cálculo dos respectivos indicadores demográficos, tais como índices de dependência e envelhecimento, taxas e índices sintéticos de fecundidade e tábuas de mortalidade;
- Disponibilização de uma nova série de estimativas intercensitárias da população segundo o sexo e a idade, para Portugal, baseada nos resultados definitivos dos Censos 1981 e nos resultados corrigidos dos erros de cobertura dos Censos 91;
- Realização de vários estudos relacionados com a população, designadamente sobre o envelhecimento, no âmbito da 2ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento e para publicação na Revista de Estudos Demográficos.

Estatísticas da Agricultura e Pescas

- Aprofundamento da metodologia de Previsões Agrícolas, através da definição, sistematização e uniformização de procedimentos subjacentes à recolha e tratamento da informação;
- Revisão das séries estatísticas da produção animal e vegetal para os anos de 1990 a 2000, com divulgação numa publicação;
- Desenvolvimento de um sistema de actualização da Base de Amostragem Agrícola, com recurso a fontes administrativas;
- Produção e divulgação de séries de preços e respectivos índices (mensais e anuais) de produtos agrícolas (output), de bens de consumo corrente na agricultura (input I) e bens e serviços de investimento na agricultura (input II);
- Início dos trabalhos de mudança de base para 2000 dos índices de preços na agricultura.

Estatísticas da Indústria e Construção

- Divulgação dos resultados do Inquérito às Empresas Harmonizado (IEH) de 2000, para os sectores da Indústria e Construção, execução da operação relativa ao ano de 2001 e preparação da operação de 2002;
- Adopção progressiva de medidas tendentes à melhoria da qualidade da informação estatística referente ao IEH, designadamente com a implementação de medidas de controlo de qualidade faseado no decurso da execução do inquérito;
- Redução dos prazos de disponibilidade de informação da generalidade dos indicadores quantitativos de curto prazo e divulgação de novos indicadores: Índices de Novas Encomendas na Indústria; Total Mercado Nacional e Mercado Externo;
- Implementação do Sistema de Informação das Operações Urbanísticas (SIOU), através do lançamento do Inquérito às Operações de Loteamento Urbano, Obras de Remodelação de Terrenos, Obras de Construção de Edifícios, Conclusão de Obras e Alterações de Utilização, de acordo com a nova legislação em vigor e a nova metodologia de recolha e apuramento de dados;

- Consolidação do Sistema de Indicadores de Preços da Construção e Habitação (SIPCH), nos aspectos metodológico, de recolha e de apuramentos, através da produção de indicadores de preços de aquisição de terrenos e de habitação e de índices de preços na construção e de custos de financiamento da habitação.

Estatísticas dos Serviços

- Divulgação dos resultados do Inquérito às Empresas Harmonizado (IEH) de 2000, na área dos Serviços, execução da operação relativa ao ano de 2001 e preparação do lançamento dos inquéritos de 2002;
- Redução dos prazos de disponibilidade de informação da generalidade dos indicadores quantitativos de curto prazo e divulgação de novos indicadores: Índice de Emprego no Comércio a Retalho; Índice de Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho; Índice de Remunerações e Salários no Comércio a Retalho; Índice de Volume de Negócios nos Serviços; Índice de Emprego nos Serviços; Índice de Horas Trabalhadas nos Serviços; Índice de Remunerações e Salários nos Serviços;
- Produção e divulgação de resultados de novas operações estatísticas na área do Comércio Interno: Inquérito às Unidades Comerciais de Dimensão Relevante – 2001 e Inquérito aos Estabelecimentos dos Centros Comerciais – 2001;
- Reformulação metodológica de operações estatísticas relativas aos Transportes Ferroviários, Rodoviários, Marítimos e Aéreos;
- Produção de resultados de inquéritos sobre serviços prestados às empresas e serviços de Audiovisual, relativos a 2001: Inquérito às Actividades de Arquitectura, Engenharia e Técnicas Afins, Inquérito às Actividades de Contabilidade, Auditoria e Consultoria, Inquérito às Actividades de Estudos de Mercado e Sondagens de Opinião e Inquérito aos Serviços de Audiovisual;
- Realização do Inquérito à Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação/Empresas – 2002;
- Produção e divulgação da informação estatística infra-anual (2001 e 2002) e anual (2001) do Comércio Internacional;
- Realização de testes e validação de nova metodologia de cálculo de Índices mensais de valor unitário do Comércio Internacional;
- Elaboração do Estudo “Diagnóstico das Estatísticas do Turismo”, com base no Inventário das Operações Estatísticas, na Identificação de Novas Necessidades de Informação Estatística e na apresentação de um modelo de gestão e difusão da informação estatística do Turismo.

Estatísticas da População e do Ambiente

- Durante este ano decorreram as fases de tratamento dos questionários e disponibilização dos resultados provisórios e definitivos (Internet e Publicação) da operação estatística Censos 2001. Salienta-se a antecipação nos prazos de disponibilização dos resultados e a realização, em Dezembro, do Seminário de apresentação e análise dos resultados definitivos;
- Desenvolvimento e implementação do INESIG nas seguintes vertentes: Definição e implementação da arquitectura final do sistema, incluindo a componente regional; Manutenção e actualização da Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI); Integração da BGRI nos subsistemas de informação e Desenvolvimento de aplicações de acesso à Base de Dados Geográfica do INESIG;
- Recolha e divulgação da informação primária do Subsistema de Informação Estatística do Ambiente,

para 2001, nomeadamente relativa às administrações públicas, às empresas e às instituições sem fins lucrativos;

- Disponibilização da informação de 1998 correspondente à primeira edição do projecto Contas da Água;
- Reforço do nível de articulação com o Instituto de Resíduos e o Instituto da Água, com os quais foram estabelecidos protocolos que representam os alicerces de uma parceria que passa a reger a coordenação do Subsistema de Informação Estatística do Ambiente.

Estatísticas Socio-Económicas

- Aprofundamento da concepção do sistema de informação estatística sobre as famílias através da definição do conjunto de variáveis harmonizadas a utilizar no âmbito das operações estatísticas neste domínio;
- Definição metodológica e implementação da recolha de dados de um mini-painel de famílias destinado à obtenção de informação fundamental para o cálculo dos indicadores estruturais no domínio da coesão social;
- Selecção da nova amostra do Inquérito ao Emprego decorrente da definição da Amostra-mãe assente nos Censos 2001 e preparação dos trabalhos conducentes à preparação da transição para a nova amostra, nomeadamente através da inquirição simultânea, no quarto trimestre de 2002, da amostra corrente e da nova amostra;
- Preparação e divulgação da série retrospectiva, de 1998 a 2001, do Inquérito ao Emprego decorrente da operação de recalibragem assente nas estimativas da população revistas com base nos resultados dos Censos de 2001; Execução do módulo ad-hoc ao Inquérito ao Emprego sobre “Emprego de Pessoas com Incapacidades”;
- Alteração metodológica da informação sobre Protecção Social, em sintonia com os desenvolvimentos nacionais e internacionais nesta matéria;
- Execução do “Inquérito à utilização de tecnologias de informação e comunicação, pelas famílias”;
- Produção corrente dos Índices de Preços no Consumidor (IPC), Nacional e Harmonizado e indicadores de inflação. Ajustamentos decorrentes da introdução do Euro como padrão monetário. Antecipação do cálculo do IPC Nacional. Estudo conjunto INE/Banco de Portugal sobre o impacto do Euro no IPC.

Âmbito Regional

- Edição do Boletim Trimestral de Estatística, em todas as Direcções Regionais, com base em informação estatística infra-anual de base regional e de natureza económica;
- Edição dos Anuários Estatísticos Regionais relativos ao ano 2001;
- Concepção e realização da Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População (CESAP), em todas as Direcções Regionais;
- Realização do Seminário sobre Estatísticas Regionais subordinado ao tema “Informação Estatística e Coesão Territorial”;
- Desenvolvimento dos seguintes estudos de âmbito regional:
 - “Mobilidade da mão-de-obra entre estados do mercado de trabalho da região Norte”;

- “Desempenho económico-financeiro das empresas da região Norte”;
 - “Mobilidade Casa-Trabalho da População empregada Residente na área Metropolitana do Porto”;
 - “Estudo de Caracterização Sócio-Económica da Área de Influência para Fins Múltiplos do Alqueva”;
 - “Evolução do Parque Habitacional da Região do Algarve na Década de 90”, e
 - “Sócio-Demografia das Áreas de Baixa Densidade do Algarve”;
- No âmbito das relações transfronteiriças é de salientar a realização do Inquérito às trocas comerciais entre o Norte de Portugal e Galiza, a elaboração do Anuário Estatístico Galiza – Norte de Portugal 2000/2001.

Difusão e Promoção

A actividade da difusão e promoção do INE, a nível nacional, desenvolveu um conjunto de acções enquadradas em objectivos que delimitaram a sua actividade em 2002 e que foram:

No âmbito do objectivo de **melhorar o conhecimento acerca dos utilizadores:**

- Analisou os resultados de um inquérito à satisfação dos utilizadores de informação estatística realizado em 2001;
- Elaborou um questionário destinado aos utilizadores dos Centros de Documentação e procedeu ao respectivo tratamento e análise;
- Implementou um novo sistema de monitorização das vendas de publicações e serviços.

No contexto do objectivo de **melhorar a organização interna da produção de produtos de difusão e de serviços:**

- Implementou um sistema de monitorização dos trabalhos de composição e difusão disponível com actualização semanal na Intranet;
- Iniciou a construção e desenvolvimento, em cooperação com as Direcções Regionais, da matriz de relacionamento do INE com os utilizadores de informação estatística, através, nomeadamente, da criação de normas e procedimentos harmonizados;
- Foi implementado um novo método de automatização da elaboração das publicações, permitindo significativos ganhos de produtividade na sua composição, bem como a instalação de equipamento de impressão digital, o qual aumentou a capacidade de resposta.

No quadro do objectivo de **desenvolver produtos e implementar serviços que permitam melhorar qualitativamente a resposta às necessidades dos utilizadores:**

- Reorganizou o Anuário Estatístico de Portugal 2001 e o Boletim Mensal de Estatística;
- Editou novos produtos visando ir ao encontro das necessidades dos utilizadores. Destaca-se o lançamento do CD-ROM “País em Números” e do “Atlas das Cidades Portuguesas”;
- Editou os CD-ROMs da BGRE 1991, BGRI 2001, Receitas Fiscais 1998 e 1999, Contas Nacionais 1995-1997;
- Foi dada resposta a todos os pedidos de informação das equipas de investigação (88 até ao final de 2002), credenciadas de acordo com o estipulado no protocolo celebrado entre o INE e o Ex-Ministério da Ciência e Tecnologia.

Prosseguiu-se no objectivo de **privilegiar a Internet como meio de difusão** através das seguintes actividades:

- Redução das tarifas da informação estatística disponibilizada no INFOLINE;
- Introdução de novas funcionalidades e conteúdos no INFOLINE, bem como melhorias da sua usabilidade;
- Durante o ano de 2002 concluiu-se a digitalização e indexação de todos títulos de informação estatística publicados, no âmbito do SEN, nos últimos 136 anos - cerca de 1,5 milhões de páginas. No 2º trimestre de 2003, logo que esteja concluído o interface de acesso à Internet, este manancial de informação estará disponível no INFOLINE.

OUTRAS ACTIVIDADES**Apoio ao Funcionamento do Conselho Superior de Estatística**

Nos termos da Lei do Sistema Estatístico Nacional (SEN), o apoio técnico, jurídico e administrativo ao funcionamento do Conselho Superior de Estatística (CSE) é assegurado pelo INE, que suporta a totalidade dos encargos financeiros inerentes.

No decurso de 2002 realizou-se, no âmbito do funcionamento do CSE, um total de 100 reuniões, das quais 1 reunião plenária e 1 sessão restrita do plenário (com 5 reuniões prévias de um grupo de redacção), 21 reuniões de secções permanentes e eventuais, 7 reuniões de secções regionais e 66 reuniões de grupos de trabalho, que mobilizaram cerca de 300 pessoas.

No contexto dos trabalhos realizados foram aprovadas diversas deliberações, decisões e recomendações, cobrindo as diferentes áreas de competência do Conselho, constantes do Relatório de Actividades do CSE de 2002.

Cooperação Internacional

A participação do INE nas actividades estatísticas da União Europeia, em articulação com o Eurostat, constituiu a principal vertente do relacionamento internacional do Instituto. No plano da assistência técnica para o desenvolvimento, o INE continuou a privilegiar o relacionamento com os Países Africanos de Língua Portuguesa, tendo lançado as bases para a cooperação estatística bilateral com o Brasil, bem como a fornecer assistência a países candidatos à adesão, no âmbito das prioridades do Programa Estatístico da União Europeia, e a países beneficiários de programas de cooperação da Comissão Europeia.

Das actividades desenvolvidas nos domínios do desenvolvimento do Sistema Estatístico Europeu e da representação internacional, destacam-se:

- Coordenação das posições do INE, no âmbito da Presidência da UE e com os INE dos Estados membros (Networkgroup), sobre a legislação estatística comunitária em preparação no Conselho da União Europeia;
- O INE fez um total de 267 participações em 246 reuniões internacionais de Comitês, Grupos de Trabalho, Task Forces, Conferências, Seminários e outras (256 no ano anterior), entre elas o Seminário do Comité do CEIES sobre “Análise de Micro-dados” e a “Roundtable on Business Survey Frames”, ambas realizadas em Lisboa;

Salientam-se, no domínio da assistência técnica ao desenvolvimento, as seguintes actividades:

- Realização de 123 acções de cooperação, das quais 80 com os Países Africanos de Língua Portuguesa (19 missões, 16 estágios, 6 visitas ao INE, 7 reuniões ou seminários, 4 publicações, 6 acções de apoio material e fornecimento de equipamento e 22 acções de assistência à distância), distribuídas da seguinte forma: 5 acções com Angola, 39 com Cabo Verde, 12 com Moçambique, 11 com S. Tomé e Príncipe e 13 acções com o conjunto destes;
- Participação do INE em vinte acções de cooperação no âmbito do Programa PHARE da Comissão Europeia, entre colaborações em seminários e workshops e realização de missões de assistência técnica no âmbito de projectos-piloto, designadamente nas áreas de Estatísticas Agrícolas e das Pescas, bem como de acções bilaterais de assistência técnica com a Bulgária, Macedónia, Polónia e Roménia;
- Execução de acções no âmbito dos Programas da Comissão Europeia: MEDSTAT, nomeadamente no

quadro do projecto MED-IS (Sistemas de Informação Estatística – componente de difusão) com a realização de doze acções; MERCOSUL, com a execução de sete acções designadamente, participação nas reuniões de peritos europeus sobre Nomenclaturas e sobre Competitividade das Empresas e na reunião final do programa, bem como participação no sub-projecto sobre Estatísticas Industriais para o Paraguai; e realização de uma acção no âmbito do programa TACIS, duas acções com o Brasil e de uma acção pontual com a Rússia;

- Lançamento das bases para a cooperação estatística bilateral com o Brasil, através da assinatura de um Protocolo de Cooperação com a “Associação Nacional das Instituições de Planeamento, Pesquisa e Estatística” (ANIPES).

OS MEIOS DE PRODUÇÃO

Recursos Humanos

As actividades desenvolvidas neste domínio, tiveram como principal objectivo a definição de novas políticas e estratégias de Recursos Humanos. Foram estabelecidas como prioritárias as políticas: salarial, social, carreiras profissionais e de formação. Destacam-se neste âmbito:

- Alteração nos procedimentos com a Segurança Social, passando a informação mensal a ser enviada pela Internet;
- Elaboração de diversos indicadores de gestão para a Tutela e Direcção;
- Incidência acrescida em actividades administrativas ao nível de declarações para o fundo de desemprego, devido à saída do Pessoal dos Censos 2001 e contratados a termo certo;
- Acolhimento de auditorias externas, e respectivo acompanhamento, disponibilizando os indicadores para a sua efectivação;
- Disponibilização de informação para o DFA, a qual permite fazer o controlo orçamental e tratamento analítico dos custos com pessoal;
- Gestão do controlo de efectivos e do orçamento de pessoal por unidade orgânica;
- Elaboração da Matriz Oficial do Balanço Social e tratamento interno;
- Na perspectiva da melhoria contínua das condições sociais e ergonómicas dos trabalhadores, desenvolveram-se actividades na área da Medicina do Trabalho e Curativa;
- Conclusão do processo negocial do Acordo de Empresa;
- Preparação, negociação com o SITESE, discussão interna e implementação do processo de Avaliação e Gestão do Desempenho;
- Preparação e concepção da Matriz Integrada de Recursos Humanos;
- Actualização dos Descritivos Funcionais por Unidade Orgânica e participação nas reuniões departamentais com a Direcção;
- Desenvolvimento do Plano de Formação 2001-2003 com incidência em acções intra na área da Gestão;
- Principais resultados das acções de formação por área temática:

Áreas temáticas	Nº de Acções	Nº de Formandos	Horas de Formação
Estatística	10	129	3.259
Informática	34	211	4.070
Administração	8	22	529
Inquéritos	90	1.004	9.103
Técnica (a)	29	383	2.787
Outras (b)	48	201	2.896
Training of European Statiscians (TES)	2	17	364
TOTAL	221	1.967	23.008

(a) Gestão, Economia e Técnicas de Trabalho.

(b) Comitês, Seminários, Conferências, Encontros, Qualidade, Línguas e Outras.

Infra-Estruturas Informacionais, Tecnológicas e de Comunicação

Durante o exercício em análise prosseguiu-se o esforço de modernização e actualização da infra-estrutura tecnológica e aplicacional de modo a suportar as diferentes necessidades, quer na vertente de produção quer de difusão e estudos.

Das muitas actividades desenvolvidas, destacam-se as seguintes grandes áreas de actuação:

- Censos 2001
 - Análise, programação e execução dos quadros para o plano de apuramentos definitivos dos Censos 2001;
 - Constituição da Base de Endereços dos Censos 2001;
 - Adequação do plano de apuramentos e produtos derivados à nova geografia de NUTS 2002;
 - Produção do ficheiro de síntese de variáveis dos Censos 2001;
 - Disponibilização de acessos internos à BD dos Censos 2001 para estudos;
 - Extracção de informação dos censos 2001 para a constituição da Amostra Mãe;
 - Elaboração de mapas financeiros e declarações de IRS para os intervenientes no trabalho de campo dos Censos 2001;
 - Recuperação e início de tratamento da informação censitária de 1870 a 1970;
 - Tratamento do inquérito de qualidade aos Censos 2001;
 - Produção de informação para resposta a pedidos específicos e construção de produtos derivados dos Censos 2001.
- Datawarehouse (DW)
 - Na área da actividade económica e das empresas os dados dos Seguros e iniciado o projecto de integração das Estatísticas Registrais. Foi completamente reestruturada a integração de dados do SCIE e construídos cubos dimensionais para este projecto e para as Sociedades Financeiras;
 - Completou-se no Inquérito ao Emprego a integração com os dados históricos da série 1992-1996;
 - Na área da Demografia iniciou-se a integração dos dados das Migrações e População Estrangeira e procede-se à integração dos dados dos Censos 2001 para os quais já se encontram disponíveis os cubos multidimensionais com os dados para o EUROSTAT;
 - Iniciaram-se no DW novas áreas com a integração de dados do Turismo, Ambiente e SIOU (Sistema de Informação de Operações Urbanísticas);
 - Para apoio à disponibilização e actualização do FUE operacional, foram construídos dois modelos de acesso directo aos dados operacionais e iniciado o projecto de construção modelos específicos para análise comparativa dos dados operacionais com as fontes de actualização residentes ou carregadas no DW de forma a obter ficheiros de actualização para a base operacional;
 - Foi construída a aplicação de gestão e disponibilizada na Intranet a primeira versão do Catálogo do DW (Índice do DW).

- Desenvolvimento de Soluções Aplicacionais

- No âmbito do Sistema de Inquéritos Agrícolas, foram acrescentadas as aplicações de suporte aos projectos: inquérito às Árvores de Fruto; inquérito à Floricultura 2002; inquérito de actualização da Base de Amostragem Agrícola; inquéritos aos Animais 2002 (Bovinos, Caprinos, Suínos e Ovinos) e Cereais 2002;
- Com base em tecnologia multidimensional, foram desenvolvidos cubos OLAP (On Line Analytical Processing) que permitiram aos utilizadores produzir os apuramentos dos Inquéritos aos Animais 2001, Cereais e Árvores de Fruto;
- Adoptada uma nova arquitectura para o desenvolvimento de aplicações, baseada em 3 camadas: servidor de dados, aplicações e webserver (dados, negócio e apresentação);
- O projecto PTR – Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras, em produção há 2 anos, foi regionalizado. Foi introduzido um subsistema de suporte à realização de um Cohort de empresas em 40 dias;
- O projecto Caixa – Tratamento automático de mails, foi expandido para uma estrutura de caixas múltiplas, ou seja, uma caixa de correio por projecto. Foi desenvolvida uma aplicação WEB para consulta do resultado do processamento de cada projecto;
- No âmbito dos Indicadores Estruturais foi desenvolvida uma aplicação de consulta para a Intranet e Internet e adaptada uma aplicação de gestão para os dados dos indicadores estruturais e respectivos dados fonte;
- Foram regionalizados os projectos: Inquéritos à hotelaria tradicional, Comércio intra e extra comunitário para as Regiões Autónomas e IEH - Inquérito à Empresa Harmonizado para as Direcções Regionais do Algarve e Lisboa e Vale do Tejo;
- Planeamento, desenho e construção da estrutura para tratamento óptico de inquéritos, com reutilização e adaptação da solução utilizada nos Censos 2001;
- Desenvolvimento de módulos de reconhecimento de expressões para Inquéritos da Demografia.

- Infra-estrutura Tecnológica

- Migração da rede WAN (VPN e Internet): durante o ano de 2002 feita a mudança na infra-estrutura da VPN do INE de acordo com os seguintes critérios: maior disponibilidade, através da utilização de circuitos de Backup; aumento da largura de banda; mudança da topologia de rede; QoS – Qualidade de Serviço (capacidade de priorização de tráfego - rede interna, Interna, Multimédia, etc.);
- Rede de Faxserver's: este projecto visou dotar o INE de uma infra-estrutura de Faxes em rede de alto débito de modo a dotar o INE de um novo meio de recolha de inquéritos; diminuir os custos de comunicação: envio de faxes a partir do posto de trabalho; envio de Faxes para múltiplos destinatários com uma única operação;
- Comunicações Fixo – Móvel: este projecto visou reduzir custos das comunicações feitas internamente para as redes móveis. Ou seja, através da implementação de "gateway's" móveis (TMN, Vodafone e Optimus), nas nossas centrais telefónicas;
- Videoconferência: este projecto tem por objectivos: grandes economias de tempo por redução da necessidade de deslocações físicas para locais de reunião, e consequente aumento de produtividade ao tornar os tempos de deslocação em tempos produtivos; possibilidade de utilização muito eficiente da videoconferência como instrumento de comunicação interna, de formação e de discussão de ideias e temas, simultaneamente entre áreas ou indivíduos dispersos geograficamente;
- Rede de comunicações em Évora: como a DR do Alentejo, está dividida em dois edifícios, houve a

necessidade de interligar estes dois edifícios quer por voz quer por dados. Esta interligação é feita por uma rede Wireless que suporta ambas as comunicações;

- Rede de comunicações em Lisboa: em Lisboa, o INE, tem três edifícios interligados quer para voz, quer para dados. Para fazer essa interligação o INE, tinha vários circuitos de comunicação alugados. Foi implementada uma solução Wireless de rádio-frequência, que permitiu aumentar a capacidade de transmissão de dados (aumento da largura de banda de 2 Mbps para 45 Mbps), integrando um circuito de voz de 2 Mbps prevendo-se a amortização da solução em 14 meses;
- Implementação de soluções Open-Source (Linux): O INE ao longo dos últimos dois anos, tem vindo a adoptar soluções Open-Source, pelas seguintes razões: economias na aquisição, manutenção e suporte da plataforma; fiabilidade e robustez; compatibilidade a 360º; suporte e manutenção 24h, 365 dias do ano, através de uma comunidade on-line e global; requisitos de Hardware, inferiores aos tipicamente encontrados em outros sistemas (Microsoft e Unix).

Recursos Financeiros

Os ingressos financeiros que permitiram ao Instituto no ano 2002 o exercício da sua actividade, foram provenientes de duas origens, num total de € 42.615.416,04 (menos € 20.206.747,38 do que no ano anterior), assim repartidas:

- **Orçamento do Estado**, a principal fonte de receitas, com o montante de € 38.611.728,00 (90,6 %), formalizado através da dotação orçamental para despesas de funcionamento (€ 21.276.819,00) e das verbas inscritas no PIDDAC - Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (€ 17.334.909,00).
- **Receitas Próprias**, a ocupar a segunda posição, com uma contribuição de € 4.003.688,04 (9,4%), distribuídos por vendas e prestações de serviços (€ 1.466.133,71), participações financeiras (€ 1.986.016,64), recuperação de custos de reembolsos de viagens e outros (€ 477.646,22) e proveitos e ganhos financeiros (€ 73.891,47).

Importa referir que a diminuição bastante significativa dos ingressos financeiros oriundos do Orçamento do Estado em 2002 comparativamente ao ano anterior, se deve à realização do projecto Censos 2001, cujos trabalhos de campo se realizaram no decorrer daquele ano, envolvendo elevados recursos financeiros.

Situação Económica e Financeira

As contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, cujas demonstrações financeiras a seguir se apensam, evidenciam uma situação económica e financeira globalmente positiva, na continuidade, aliás, do que tem vindo a verificar-se no decurso dos últimos anos.

Cabe aqui uma referência para informar que o Instituto, no ano de 2000, reorganizou o seu sistema contabilístico, adaptando-o ao Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), em obediência ao estabelecido no diploma que o aprova - o Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro, e às normas administrativas definidas na Portaria n.º 116/99 (2ª série), de 10 de Fevereiro, sublinhando-se contudo, que a informação é comparável com a do exercício anterior, tal como é referido no anexo às demonstrações financeiras.

No que concerne à situação económica e financeira mesmo tendo em consideração os constrangimentos orçamentais, consideramos o exercício de 2002 positivo, pelas seguintes três principais ordens de razão: a primeira, pelo nível e adequação do investimento realizado, a segunda, pelo facto do passivo não ser materialmente relevante o que é de realçar face aos congelamentos existentes e a terceira, pelo resultado da execução orçamental que, sob vigilante e apertado controlo de gestão, permitiu uma

muito equilibrada realização do Orçamento Privativo, tendo sido possível o encaixe de um congelamento de € 7.604.986,00 sobre a dotação inicial do PIDDAC. Realçamos que para este cativo também contribuiu o facto do Programa ampliação do Edifício Sede do INE não ter tido a execução esperada, sendo que sobre este Programa foram cativos € 4.737.918,00.

O resultado líquido do exercício apresenta-se positivo em € 3.559.728,50 e a explicação detalhada do mesmo encontra-se no anexo às demonstrações financeiras (Nota 8.2.32).

Afigura-se de interesse sintetizar os valores, para o período dos últimos 6 anos, das principais fontes de financiamento do Instituto (valores em Euros):

Orçamento do Estado - Orçamento de Funcionamento

1997	1998	1999	2000	2001	2002
8.674.095,43	8.539.419,99	13.836.653,66	14.350.415,49	15.427.818,95	21.276.819,00

Orçamento do Estado - PIDDAC

1997	1998	1999	2000	2001	2002
8.664.119,47	11.791.582,28	12.240.500,39	32.064.731,28	43.481.210,28	17.334.909,00

Receitas Próprias

1997	1998	1999	2000	2001	2002
3.865.683,70	7.666.523,67	5.875.839,22	8.402.906,57	3.913.134,19	4.003.688,04

Fundo Comunitário - PRINEST

1997	1998	1999	2000	2001	2002
7.776.259,21	7.043.026,30	8.614.239,68	515.216,97	0,00	0,00

Investimentos

No período em análise, as despesas de investimento realizadas e contabilizadas elevaram-se a € 2.857.848,55.

Do programa de investimentos, merece destaque o esforço financeiro despendido na área dos sistemas e tecnologias de informação, onde foi materializado em equipamentos, programação e licenciamentos o valor de € 1.990.804,87 (69,7%).

As restantes despesas de investimento distribuem-se pelas rubricas de edifícios e outras construções (€ 331.392,17), equipamento básico (€ 45.713,11) e de equipamento administrativo (€ 489.938,40).

Balanço e situação patrimonial

A estrutura do balanço, à data de 31 de Dezembro de 2002, mantém-se próxima da verificada nos anos anteriores, continuando o activo fixo a ter um peso preponderante, com cerca de 87% do activo total. Do cotejo das principais rubricas do balanço do ano em análise com o do ano imediatamente anterior, sobressaem as seguintes principais variações:

- a) Acréscimos de proveitos - evidencia uma redução no exercício de cerca de € 1.707.484,61, reflexo da especialização do exercício resultante da significativa diminuição de proveitos provenientes de

comparticipações financeiras oriundas da Comissão Europeia e do EUROSTAT. (Ver Nota 8.2.39 - b) do anexo às demonstrações financeiras). De notar que a diminuição verificada nesta rubrica é compensada pelo aumento verificado na rubrica outros devedores (EUROSTAT).

b) Imobilizações corpóreas - regista uma redução líquida em relação ao ano anterior de € 585.078,27 cujos desenvolvimentos constam na nota específica dos anexos às demonstrações financeiras. (Ver Nota 8.2.7).

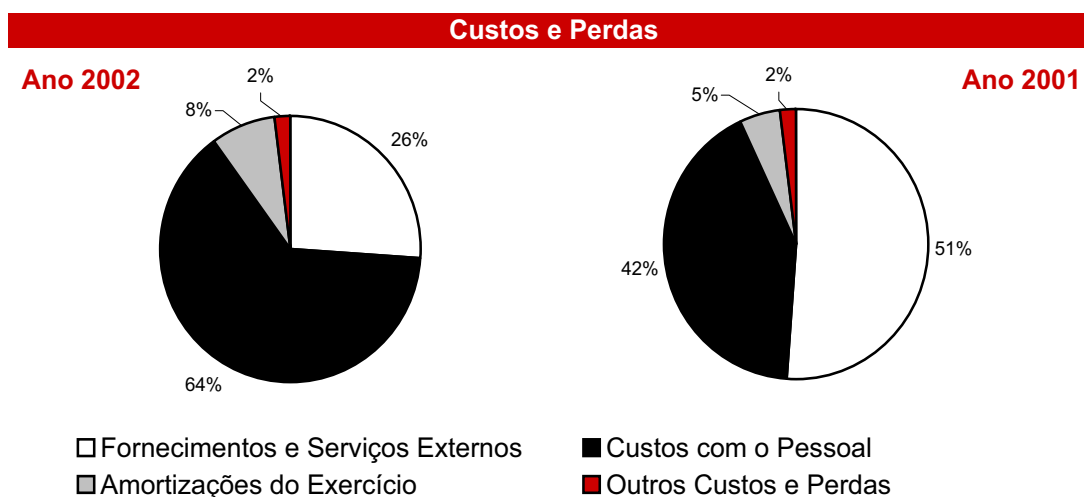
c) O capital próprio, que na terminologia do POCP se designa por fundos próprios - evidencia um aumento de € 3.559.728,50 que resultam essencialmente da anulação/utilização da provisão para riscos e encargos, no valor de € 3.621.361,22. Estes factos de expressão bastante significativa encontram-se devidamente explicados no Anexo às Demonstrações Financeiras nas notas 8.2.3 (di), 8.2.31 e 8.2.32.

As restantes contas não evidenciam variações dignas de registo.

Demonstração dos Resultados - Custos e Proveitos

Os custos do exercício de 2002, suportados para assegurar o desenvolvimento das actividades do Instituto, cujos detalhes estão evidenciados na demonstração dos resultados, totalizaram € 43.239.540,74 (contra € 64.262.011,43 em 2001).

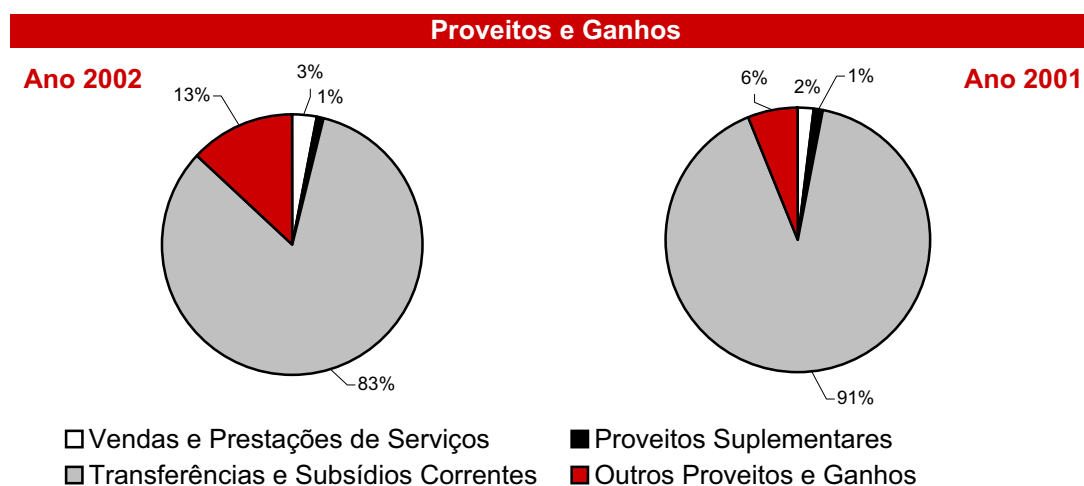
Ao nível da estrutura dos custos observaram-se alterações de elevado significado, em termos percentuais comparativamente ao total dos custos em cada um dos exercícios, tal como se pode observar nos gráficos seguintes:



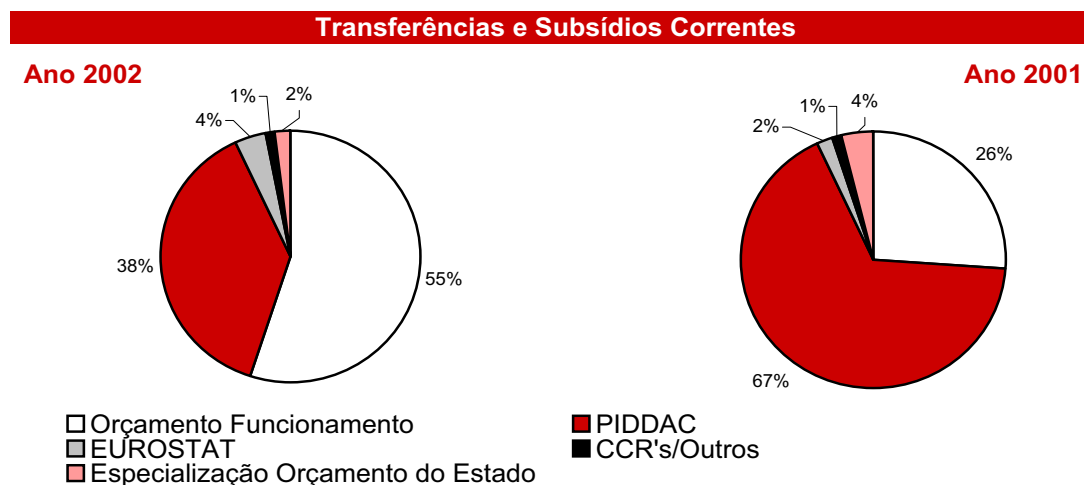
Assim, o principal agrupamento, ou seja, o dos custos com o pessoal, passou de uma posição de 42% para 64,4%, registando um aumento de cerca de 22 pontos percentuais, já o segundo agrupamento, fornecimentos e serviços externos, registou uma variação inversa passando de 51,5% em 2001, para 25,9% em 2002. Esta situação decorre do facto de nos anos transactos ter ocorrido a realização da operação estatística Censos 2001, cujos recursos financeiros envolvidos fazem com que os montantes em análise não sejam comparáveis, sublinhando-se, contudo, que no presente exercício voltamos a estar na presença de valores considerados padrão para a estrutura de custos do INE.

Pode-se, ainda, verificar que os demais agrupamentos não sofrem alterações significativas, sendo de notar que no presente exercício foram regularizadas as provisões contabilísticas para riscos e encargos (processos referentes a IRS e IVA) o que explica por a si a diminuição do montante, comparativamente com o ano anterior, do agrupamento outros custos e perdas.

Os Proveitos, no total de € 46.799.269,24 (contra 63.936.022,74 em 2001) também registam variações negativas, acompanhando desta forma a quebra verificada ao nível dos custos, cujos motivos são os descritos nos parágrafos anteriores. Para melhor compreensão apresentam-se os gráficos seguintes, (percentagens de cada rubrica de proveitos em relação ao total de proveitos):



Das rubricas com variações mais significativas a de transferências e subsídios correntes obtidos é a que se destaca passando de 91,3% em 2001, para 82,9% em 2002 e que em termos de valores correspondem a € 38.813.333,75, contra € 58.342.135,36 em 2001. De notar que esta quebra, muito acentuada, resulta sobretudo das verbas oriundas do PIDDAC, cujo principal motivo assenta na grande contenção da despesa pública durante este exercício e de praticamente estar concluída a operação Censos 2001, cujo exercício com maior enfoque de Receita/Despesa ocorreu no exercício anterior. Em termos gráficos, a percentagem da natureza dos subsídios em relação ao total das transferências e subsídios correntes, é como segue:



Os agrupamentos relacionados com Vendas e Prestações de Serviços e Proveitos Suplementares, não apresentam variações dignas de registos uma vez que permanecem praticamente idênticos aos do ano transacto.

Por outro lado o agrupamento Outros Proveitos e Ganhos praticamente duplica e a principal razão que explica este facto assenta na regularização das provisões para riscos e encargos dado que os processos

que motivaram a sua constituição foram devidamente regularizados em 2002. O montante (2.529.885,19) constituído para suportar encargos com IVA (Imposto e Juros) referente a exercícios anteriores foi anulado pelo Despacho N.º 712/02/MEF, de 25/10/2002 de Sua Excelência a Ministra de Estado e das Finanças e o montante (1.091.422,00) constituído para fazer face a encargos com IRS foi entregue nos cofres do Estado no decorrer do presente exercício, de acordo com as liquidações emitidas pela Direcção-Geral de Contribuições e Impostos.

Proposta de aplicação dos resultados

O resultado líquido apurado no exercício foi de € 3.559.728,50.
Propõe-se a afectação deste resultado à conta Resultados transitados.

Lisboa, 27 de Março de 2003

O Conselho de Administração:

Paulo Jorge Mota de Pinho Gomes
Presidente

Armindo Manuel da Silva Carvalho
Vogal

Carlos Fernando Barradas Alves
Vogal

RELATÓRIO E CONTAS 2002

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios			
		2002		2001	
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	15.303.550,07	0,00	15.303.550,07	15.303.550,07
422	Edifícios e outras construções	11.734.262,63	2.911.086,33	8.823.176,30	8.989.615,90
423	Equipamento básico	1.276.938,80	894.188,93	382.749,87	461.043,33
424	Equipamento de transporte	486.013,87	367.717,18	118.296,69	214.395,96
425	Ferramentas e utensílios	93.756,27	57.103,46	36.652,81	25.432,84
426	Equipamento administrativo	2.994.299,66	1.889.771,58	1.104.528,08	874.206,74
428	Equipamento de informática	23.838.357,91	18.421.977,79	5.416.380,12	6.008.486,69
429	Outras imobilizações corpóreas	299.906,23	39.884,63	260.021,60	261.865,15
44	Imobilizações em curso	785.851,21	0,00	785.851,21	677.688,34
		56.812.936,65	24.581.729,90	32.231.206,75	32.816.285,02
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsid. e de cons.	126.131,51	0,00	126.131,51	118.557,33
33	Produtos acabados e intermédios	1.325.628,32	905.490,26	420.138,06	407.276,24
		1.451.759,83	905.490,26	546.269,57	525.833,57
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	506.770,22	15.990,41	490.779,81	335.754,10
229	Adiantamento a fornecedores	3.869,80	0,00	3.869,80	2.879,80
262+268	Outros devedores	2.659.615,31	0,00	2.659.615,31	1.326.014,19
		3.170.255,33	15.990,41	3.154.264,92	1.664.648,09
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos em instituições financeiras	1.777,57		1.777,57	410.869,49
11	Caixa	5.050,00		5.050,00	6.559,21
		6.827,57		6.827,57	417.428,70
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	853.937,38		853.937,38	2.561.421,99
272	Custos diferidos	301.269,63		301.269,63	255.656,82
		1.155.207,01		1.155.207,01	2.817.078,81
	Total de amortizações		24.581.729,90		
	Total de provisões		921.480,67		
	Total do activo	62.596.986,39	25.503.210,57	37.093.775,82	38.241.274,19

O Director Financeiro e Administrativo,
Paulo Jorge da Conceição Henriques

Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios	
		2002	2001
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios:		
51	Património	20.772.818,99	20.772.818,99
59	Resultados transitados	(5.432.040,52)	(5.106.051,83)
	Subtotal	15.340.778,47	15.666.767,16
88	Resultado líquido do exercício	3.559.728,50	(325.988,69)
	Total dos fundos próprios	18.900.506,97	15.340.778,47
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
2921	Provisões para impostos	0,00	3.621.361,22
		0,00	3.621.361,22
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	72.053,58
		0,00	72.053,58
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	194.022,70	133.844,47
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	226.850,08	61.814,30
24	Estado e outros entes públicos	413.216,38	598.070,66
262+268+267	Outros credores	11.643,45	111.877,00
		845.732,61	905.606,43
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	3.380.961,64	3.459.134,73
274	Proveitos diferidos	13.966.574,60	14.842.339,76
		17.347.536,24	18.301.474,49
	Total do passivo	18.193.268,85	22.900.495,72
	Total dos fundos próprios e do passivo	37.093.775,82	38.241.274,19

O Conselho de Administração,
 Paulo Jorge Mota de Pinho Gomes
 Armindo Manuel da Silva Carvalho
 Carlos Fernando Barradas Alves

Demonstração dos Resultados

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2002		2001	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo merc. vendidas e das mat. consumidas:				
	Matérias		339.059,44		294.854,21
62	Fornecimentos e serviços externos		11.182.161,06		33.075.359,68
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	22.157.907,18		21.769.933,28	
	Encargos sociais :				
644	Prémios para pensões	346.068,25		202.297,76	
645/8	Outros	5.341.139,57	27.845.115,00	5.048.880,94	27.021.111,98
66	Amortizações do exercício	3.428.344,03		3.098.609,49	
67	Provisões do exercício	4.006,92	3.432.350,95	521.913,28	3.620.522,77
65	Outros custos e perdas operacionais		78.797,53		12.856,40
	(A)		42.877.483,98		64.024.705,04
68	Custos e perdas financeiras:		332.061,78		18.560,23
	(C)		43.209.545,76		64.043.265,27
69	Custos e perdas extraordinários		29.994,98		218.746,16
	(E)		43.239.540,74		64.262.011,43
88	Resultado líquido do exercício		3.559.728,50		(325.988,69)
			46.799.269,24		63.936.022,74

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2002		2001	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de produtos	199.852,62		230.241,02	
	Prestações de serviços	1.266.281,09	1.466.133,71	964.153,44	1.194.394,46
72	Impostos, taxas e outros		0,00		12.709,45
	Variação da produção		(56.715,20)		258.773,28
73	Proveitos suplementares		477.646,22		486.064,04
742/3/9	Transferências e subsídios correntes obtidos		38.813.333,75		58.342.135,36
	(B)		40.700.398,48		60.294.076,59
78	Proveitos e ganhos financeiros		73.891,47		146.430,04
	(D)		40.774.289,95		60.440.506,63
79	Proveitos e ganhos extraordinários		6.024.979,29		3.495.516,11
	(F)		46.799.269,24		63.936.022,74
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		(2.177.085,50)		(3.730.628,45)
	Resultados financeiros: (D)-(C)=		(258.170,31)		127.869,81
	Resultados correntes: (D)-(C)=		(2.435.255,81)		(3.602.758,64)
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		3.559.728,50		(325.988,69)

RELATÓRIO E CONTAS 2002

MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Controlo Orçamental - Despesa

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			Desp. Func. Normal	(2)	(3)	(4)	(5)
010101010100	1011	010101	Pessoal dos quadros	11.596.719,00	12.248.219,00	0,00	12.234.856,17
010101010100	1011	010102	Pessoal além quadros	412.352,00	237.500,00	0,00	234.939,07
010101010100	1011	010108	Representação	35.913,00	32.413,00	0,00	31.141,16
010101010100	1011	010109	Participações e prémios	2.330.550,00	2.426.550,00	0,00	2.418.768,20
010101010100	1011	010110	Subsidio de refeição	896.668,00	855.000,00	0,00	847.999,81
010101010100	1011	010111	Sub. férias e Natal	2.404.040,00	2.584.040,00	0,00	2.584.039,78
010101010100	1011	010201	Gratificações var. event.	673.377,00	750.000,00	0,00	747.491,96
010101010100	1011	010202	Horas extraordinárias	3.492,00	21.500,00	0,00	20.380,57
010101010100	1011	010204	Ajudas de custo	157.121,00	383.000,00	0,00	323.873,73
010101010100	1011	010205	Outros abonos	53.870,00	40.000,00	0,00	35.406,35
010101010100	1011	010301	Encargos c/ saúde	828.005,00	999.505,00	0,00	996.807,56
010101010100	1011	010302	Abono de família	1.995,00	400,00	0,00	292,79
010101010100	1011	010304	Contribuições Seg. Social	3.456.592,00	3.510.592,00	0,00	3.510.591,89
010101010100	1011	010307	Outras pensões	124.699,00	348.699,00	0,00	346.068,25
010101010100	1011	010308	Outras desp. Seg. Social	548.678,00	423.653,00	0,00	416.913,23
010101010100	1011	020303	Locação de Edifícios	0,00	64.000,00	0,00	64.000,00
010101010100	1011	060300	Diversas	0,00	4.533.000,00	0,00	1.470.916,48
			Total Desp. Func. Normal	23.524.071,00	29.458.071,00	0,00	26.284.487,00
			Desp. Invest. Plano				
			CENSOS 2001				
010101020901	1011	010103	Pessoal contratado a prazo	1.147.300,00	1.255.524,00	0,00	1.255.524,00
010101020901	1011	010110	Subsidio de refeição	99.700,00	79.200,00	0,00	79.200,00
010101020901	1011	010111	Sub. férias e Natal	199.600,00	231.188,00	0,00	231.188,00
010101020901	1011	010301	Encargos c/ saúde	74.800,00	52.800,00	0,00	52.800,00
010101020901	1011	010304	Contribuições Seg. Social	274.400,00	252.400,00	0,00	252.400,00
010101020901	1011	020206	Consumos secretaria	22.500,00	22.500,00	0,00	22.500,00
010101020901	1011	020301	Encargos instalações	14.900,00	14.900,00	0,00	14.900,00
010101020901	1011	020303	Locação Edifícios	199.500,00	199.500,00	49.500,00	150.000,00
010101020901	1011	020306	Comunicação	22.500,00	22.500,00	0,00	22.500,00
010101020901	1011	020310	Outros	538.300,00	462.988,00	101.798,00	361.190,00
			Subtotal 01	2.593.500,00	2.593.500,00	151.298,00	2.442.202,00
			AMP. EDIFICIO SEDE				
010101020902	1011	020302	Conservação de bens	399.115,00	399.115,00	199.338,00	199.777,00
010101020902	1011	020303	Locação Edifícios	224.500,00	114.500,00	0,00	114.500,00
010101020902	1011	020310	Outros	74.800,00	184.800,00	0,00	184.800,00
010101020902	1011	070103	Edifícios	4.738.580,00	5.075.518,00	4.538.580,00	536.938,00
			Subtotal 02	5.436.995,00	5.773.933,00	4.737.918,00	1.036.015,00
			DES. SIS. INF.E.SOCIAL				
010101020903	1011	010103	Pessoal contratado a prazo	897.800,00	954.476,00	0,00	954.476,00
010101020903	1011	010110	Subsidio de refeição	119.740,00	88.740,00	0,00	88.740,00
010101020903	1011	010111	Sub. férias e Natal	154.600,00	105.812,00	0,00	105.812,00
010101020903	1011	010301	Encargos c/ saúde	69.800,00	47.800,00	0,00	47.800,00
010101020903	1011	010304	Contribuições Seg. Social	229.440,00	175.440,00	0,00	175.440,00
010101020903	1011	020202	Combustiveis lubrificantes	89.780,00	40.386,00	0,00	40.386,00
010101020903	1011	020206	Consumos secretaria	384.580,00	572.500,00	45.000,00	527.500,00
010101020903	1011	020301	Encargos instalações	233.440,00	230.100,00	0,00	230.100,00
010101020903	1011	020302	Conservação de bens	922.775,00	652.271,00	0,00	652.271,00
010101020903	1011	020303	Locação Edifícios	409.010,00	405.500,00	0,00	405.500,00
010101020903	1011	020304	Locação Mat.Informático	74.820,00	230.000,00	0,00	230.000,00
010101020903	1011	020305	Locação outros bens	49.880,00	16.624,00	0,00	16.624,00
010101020903	1011	020306	Comunicação	1.576.200,00	1.697.500,00	100.000,00	1.597.500,00
010101020903	1011	020308	Representação serviços	100.260,00	160.000,00	46.496,00	113.504,00
010101020903	1011	020309	Seguros	74.820,00	60.000,00	0,00	60.000,00
010101020903	1011	020310	Outros	7.432.310,00	7.462.596,00	1.507.729,00	5.954.867,00
010101020903	1011	070103	Edifícios	189.550,00	0,00	0,00	0,00
010101020903	1011	070107	Mat. Informático	3.516.545,00	3.246.277,00	1.016.545,00	2.229.732,00
010101020903	1011	070108	Maq. Equipamentos	284.300,00	710.000,00	0,00	710.000,00
010101020903	1011	070109	Outros Investimentos	99.750,00	133.868,00	0,00	133.868,00
			Subtotal 03	16.909.400,00	16.989.890,00	2.715.770,00	14.274.120,00
			Total Desp. Invest. Plano	24.939.895,00	25.357.323,00	7.604.986,00	17.752.337,00
			Total Geral	48.463.966,00	54.815.394,00	7.604.986,00	44.036.824,00

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
11.231.725,90	1.003.130,27	12.234.856,17	13.362,83	13.362,83	0,00	99,9%
212.735,64	22.203,43	234.939,07	2.560,93	2.560,93	0,00	98,9%
29.212,81	1.928,35	31.141,16	1.271,84	1.271,84	0,00	96,1%
2.226.011,98	192.756,22	2.418.768,20	7.781,80	7.781,80	0,00	99,7%
847.999,81	0,00	847.999,81	7.000,19	7.000,19	0,00	99,2%
1.354.358,96	1.229.680,82	2.584.039,78	0,22	0,22	0,00	100,0%
747.491,96	0,00	747.491,96	2.508,04	2.508,04	0,00	99,7%
20.380,57	0,00	20.380,57	1.119,43	1.119,43	0,00	94,8%
269.624,77	54.248,96	323.873,73	59.126,27	59.126,27	0,00	84,6%
35.406,35	0,00	35.406,35	4.593,65	4.593,65	0,00	88,5%
996.807,56	0,00	996.807,56	2.697,44	2.697,44	0,00	99,7%
292,79	0,00	292,79	107,21	107,21	0,00	73,2%
2.979.800,17	530.791,72	3.510.591,89	0,11	0,11	0,00	100,0%
346.068,25	0,00	346.068,25	2.630,75	2.630,75	0,00	99,2%
416.913,23	0,00	416.913,23	6.739,77	6.739,77	0,00	98,4%
64.000,00	0,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
0,00	1.470.916,48	1.470.916,48	3.062.083,52	3.062.083,52	0,00	32,4%
21.778.830,75	4.505.656,25	26.284.487,00	3.173.584,00	3.173.584,00	0,00	89,2%
1.167.523,55	88.000,45	1.255.524,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
79.200,00	0,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
136.458,11	94.729,89	231.188,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
52.800,00	0,00	52.800,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
232.743,20	19.656,80	252.400,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
22.500,00	0,00	22.500,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
14.900,00	0,00	14.900,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	75,2%
22.500,00	0,00	22.500,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
287.800,00	73.390,00	361.190,00	0,00	0,00	0,00	78,0%
2.166.424,86	275.777,14	2.442.202,00	0,00	0,00	0,00	94,2%
199.777,00	0,00	199.777,00	0,00	0,00	0,00	50,1%
114.500,00	0,00	114.500,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
184.800,00	0,00	184.800,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
536.938,00	0,00	536.938,00	0,00	0,00	0,00	10,6%
1.036.015,00	0,00	1.036.015,00	0,00	0,00	0,00	17,9%
865.784,00	88.692,00	954.476,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
88.740,00	0,00	88.740,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
33.512,00	72.300,00	105.812,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
47.800,00	0,00	47.800,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
158.827,00	16.613,00	175.440,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
40.386,00	0,00	40.386,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
527.500,00	0,00	527.500,00	0,00	0,00	0,00	92,1%
230.100,00	0,00	230.100,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
652.271,00	0,00	652.271,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
405.500,00	0,00	405.500,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
230.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
16.624,00	0,00	16.624,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
1.597.500,00	0,00	1.597.500,00	0,00	0,00	0,00	94,1%
113.504,00	0,00	113.504,00	0,00	0,00	0,00	70,9%
60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
5.754.117,53	200.749,47	5.954.867,00	0,00	0,00	0,00	79,8%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
2.229.732,00	0,00	2.229.732,00	0,00	0,00	0,00	68,7%
710.000,00	0,00	710.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
4.681,00	129.187,00	133.868,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
13.766.578,53	507.541,47	14.274.120,00	0,00	0,00	0,00	84,0%
16.969.018,39	783.318,61	17.752.337,00	0,00	0,00	0,00	70,0%
38.747.849,14	5.288.974,86	44.036.824,00	3.173.584,00	3.173.584,00	0,00	80,3%

Controlo Orçamental - Receita

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar no Início Ano	Receitas Liquidadas
Orgânica	Func.	Económica					
Código	Código	Código	Descrição				
			Rec. Func. Normal				
010101010100	-	030100	Taxas	24.940,00	6.585,00	6.575,40	0,00
010101010100	-	040400	Juros - Inst. Crédito	74.820,00	74.320,00	0,00	73.573,18
010101010100	-	050201	Orçamento Estado	9.034.043,00	24.338.901,00	0,00	21.276.819,00
010101010100	-	050700	Exterior CEE	2.094.950,00	2.550.000,00	1.152.637,98	3.124.650,39
010101010100	-	060200	Vendas Bens n/ Durad.	324.220,00	270.000,00	54.559,12	200.227,69
010101010100	-	060300	Serviços	11.472.298,00	1.728.265,00	761.125,72	1.596.690,85
010101010100	-	070100	Outras Receitas	498.800,00	490.000,00	617,28	561.249,32
			Total Rec. Func. Normal	23.524.071,00	29.458.071,00	1.975.515,50	26.833.210,43
			Rec. Invest. Plano				
			CENSOS 2001				
010101020901	-	050201	Rec. Correntes	2.593.500,00	2.593.500,00	0,00	2.442.202,00
010101020901	-	090201	Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
			Subtotal 01	2.593.500,00	2.593.500,00	0,00	2.442.202,00
			AMP. EDIFICIO SEDE				
010101020902	-	050201	Rec. Correntes	698.415,00	698.415,00	0,00	499.077,00
010101020902	-	090201	Rec. Capital	4.738.580,00	4.738.580,00	0,00	200.000,00
010101020902	-	120101	Outras Receitas - SG	0,00	336.938,00	0,00	336.938,00
			Subtotal 02	5.436.995,00	5.773.933,00	0,00	1.036.015,00
			DES. SIS. INF.E.SOCIAL				
010101020903	-	050201	Rec. Correntes	12.819.255,00	12.819.255,00	0,00	11.120.030,00
010101020903	-	090201	Rec. Capital	4.090.145,00	4.090.145,00	0,00	3.073.600,00
010101020903	-	120101	Outras Receitas - SG	0,00	80.490,00	0,00	80.490,00
			Subtotal 03	16.909.400,00	16.989.890,00	0,00	14.274.120,00
			Total Rec. Invest. Plano	24.939.895,00	25.357.323,00	0,00	17.752.337,00
			Total Geral	48.463.966,00	54.815.394,00	1.975.515,50	44.585.547,43

(continua)

Controlo Orçamental - Receita (continuação)

(Valores em euros)

Liquidações Anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida	Receitas por cobrar no final do ano	Grau de execução orçamental das receitas
		Emitidos	Pagos			
(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)-(9)	(11)=(4)+(5)-(6)-(7)	(12)=(10)/(3)*100
0,00	6.575,40	0,00	0,00	6.575,40	0,00	99,9%
0,00	73.573,18	0,00	0,00	73.573,18	0,00	99,0%
0,00	21.276.819,00	0,00	0,00	21.276.819,00	0,00	87,4%
0,00	2.526.082,38	0,00	0,00	2.526.082,38	1.751.205,99	99,1%
0,00	254.786,81	0,00	0,00	254.786,81	0,00	94,4%
0,00	1.591.611,20	0,00	0,00	1.591.611,20	766.205,37	92,1%
0,00	561.866,60	0,00	0,00	561.866,60	0,00	114,7%
0,00	26.291.314,57	0,00	0,00	26.291.314,57	2.517.411,36	89,2%
0,00	2.442.202,00	0,00	0,00	2.442.202,00	0,00	94,2%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	2.442.202,00	0,00	0,00	2.442.202,00	0,00	94,2%
0,00	499.077,00	0,00	0,00	499.077,00	0,00	71,5%
0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	4,2%
0,00	336.938,00	0,00	0,00	336.938,00	0,00	100,0%
0,00	1.036.015,00	0,00	0,00	1.036.015,00	0,00	17,9%
0,00	11.120.030,00	0,00	0,00	11.120.030,00	0,00	86,7%
0,00	3.073.600,00	0,00	0,00	3.073.600,00	0,00	75,1%
0,00	80.490,00	0,00	0,00	80.490,00	0,00	100,0%
0,00	14.274.120,00	0,00	0,00	14.274.120,00	0,00	84,0%
0,00	17.752.337,00	0,00	0,00	17.752.337,00	0,00	70,0%
0,00	44.043.651,57	0,00	0,00	44.043.651,57	2.517.411,36	80,3%

RELATÓRIO E CONTAS 2002

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Recebimentos		
Capítulo	Grupo			
		Saldo da gerência anterior		457.585,66
		Execução orçamental		434.103,39
		De dot. Orç. (OE)-Ampl. Edifício Sede	336.938,00	
		De dot. Orç. (OE)-Desen. S. I. E. Social	97.165,38	
		De receitas próprias na posse do Serviço	0,00	
		De receita do Estado		(20.078,48)
		De operações de tesouraria		3.403,80
		Receitas		55.483.838,68
1		Dotações orçamentais (OE)		38.611.728,00
		Correntes/Orç. Funcionamento	21.276.819,00	
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	21.276.819,00	
2		Correntes/PIDDAC	14.061.309,00	
		CENSOS 2001 (01)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	2.442.202,00	
		AMP. ED. SEDE INE (02)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	499.077,00	
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (03)		
	05.02.01	Transf. Orçamento do Estado	11.120.030,00	
		Capital/PIDDAC	3.273.600,00	
		CENSOS 2001 (01)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	0,00	
		AMP. ED. SEDE INE (02)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	200.000,00	
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (03)		
	09.02.01	Transf. Orçamento do Estado	3.073.600,00	
1		Dotações orçamentais (Receitas Próprias)		5.014.495,57
		Receitas Próprias correntes	5.014.495,57	
	03.01	Taxas	6.575,40	
	04.04	Juros - Instituições Crédito	73.573,18	
	05.07	Transf. Exterior U. E.	2.526.082,38	
	06.02	Venda Bens não Duradouros	254.786,81	
	06.03	Serviços	1.591.611,20	
	07.01	Outras receitas correntes	561.866,60	
		Importâncias retidas para entrega ao Estado e O. Entidades:		11.857.615,11
		Receita do Estado:	10.249.837,64	
		IRS	4.048.352,34	
		IVA	173.762,40	
		Imposto do Selo	365,00	
		Segurança Social	6.027.357,90	
		Operações de Tesouraria:	1.607.777,47	
		Descontos ao pessoal	49.732,21	
		Adiantamentos a Fornecedores	0,00	
		Adiantamentos a pessoal	75.520,68	
		Adiantamentos com deslocações	1.455.164,62	
		Outras Operações de Tesouraria	27.359,96	
Total				55.941.424,34

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Pagamentos	
Capítulo	Grupo		
		Despesas	55.894.439,81
		Despesas Orçamentais (OE)	38.856.131,70
1		Correntes/Orç. Funcionamento	21.276.819,00
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	15.925.901,00
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00
	01.03.	Segurança Social	3.880.000,00
	02.03	Aquisição de Serviços	0,00
	06.03	Outras Despesas Correntes	1.470.918,00
2		Correntes/PIDDAC	13.968.774,70
		CENSOS 2001 (01)	
	01.	Despesas com o pessoal	1.871.112,00
	02.	Aquisições bens/serviços correntes	571.090,00
		AMP. ED. SEDE INE (03)	
	01.	Despesas com o pessoal	0,00
	02.	Aquisições bens/serviços correntes	499.077,00
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (03)	
	01.	Despesas com o pessoal	1.345.775,04
	02.	Aquisições bens/serviços correntes	9.681.720,66
2		Capital/PIDDAC	3.610.538,00
		CENSOS 2001 (01)	
	07.	Aquisições bens capital	0,00
		AMP. ED. SEDE INE (02)	
	07.	Aquisições bens capital	536.938,00
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (03)	
	07.	Aquisições bens capital	3.073.600,00
1		Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com ou sem transição dos saldos	5.007.668,00
		Correntes	5.007.668,00
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	2.425.841,67
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	1.127.152,61
	01.03.	Segurança Social	1.390.673,72
	02.03	Aquisição de Serviços	64.000,00
	06.03	Outras Despesas Correntes	0,00
		Importâncias entregues ao Estado e O. Entidades:	12.030.640,11
		Receita do Estado:	10.434.691,92
		IRS	4.076.361,53
		IVA	294.755,68
		Imposto do Selo	264,87
		Segurança Social	6.063.309,84
		Operações de Tesouraria:	1.595.948,19
		Descontos ao pessoal	53.769,09
		Adiantamentos a Fornecedores	990,00
		Adiantamentos a pessoal	75.520,68
		Adiantamentos com deslocações	1.438.003,91
		Outras Operações de Tesouraria	27.664,51
		Saldo para a Gerência seguinte	6.827,57
		Execução orçamental	179.852,57
		De dot. orçamentais OE	173.025,00
		De receitas próprias na posse do Serviço	6.827,57
		De receita do Estado	(184.854,28)
		De operações de tesouraria	11.829,28
		Total	55.901.267,38

RELATÓRIO E CONTAS 2002

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Montantes expressos em euros)

8.1 - CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

8.1.1 Identificação, regime financeiro e outros elementos

O Instituto Nacional de Estatística (INE) é um Instituto Público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, com sede na Avenida de António José de Almeida, em Lisboa, tendo por objecto o exercício de funções de notação, apuramento, coordenação e difusão de dados estatísticos que interessem ao País.

Na sequência da aprovação da Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2003) este Instituto perdeu a sua autonomia financeira, deixando de ser um Serviço Autónomo, para passar ao regime de Serviço com Autonomia Administrativa, a partir de 1 de Janeiro de 2003, conforme estipulado no Artº 3º do referido Diploma.

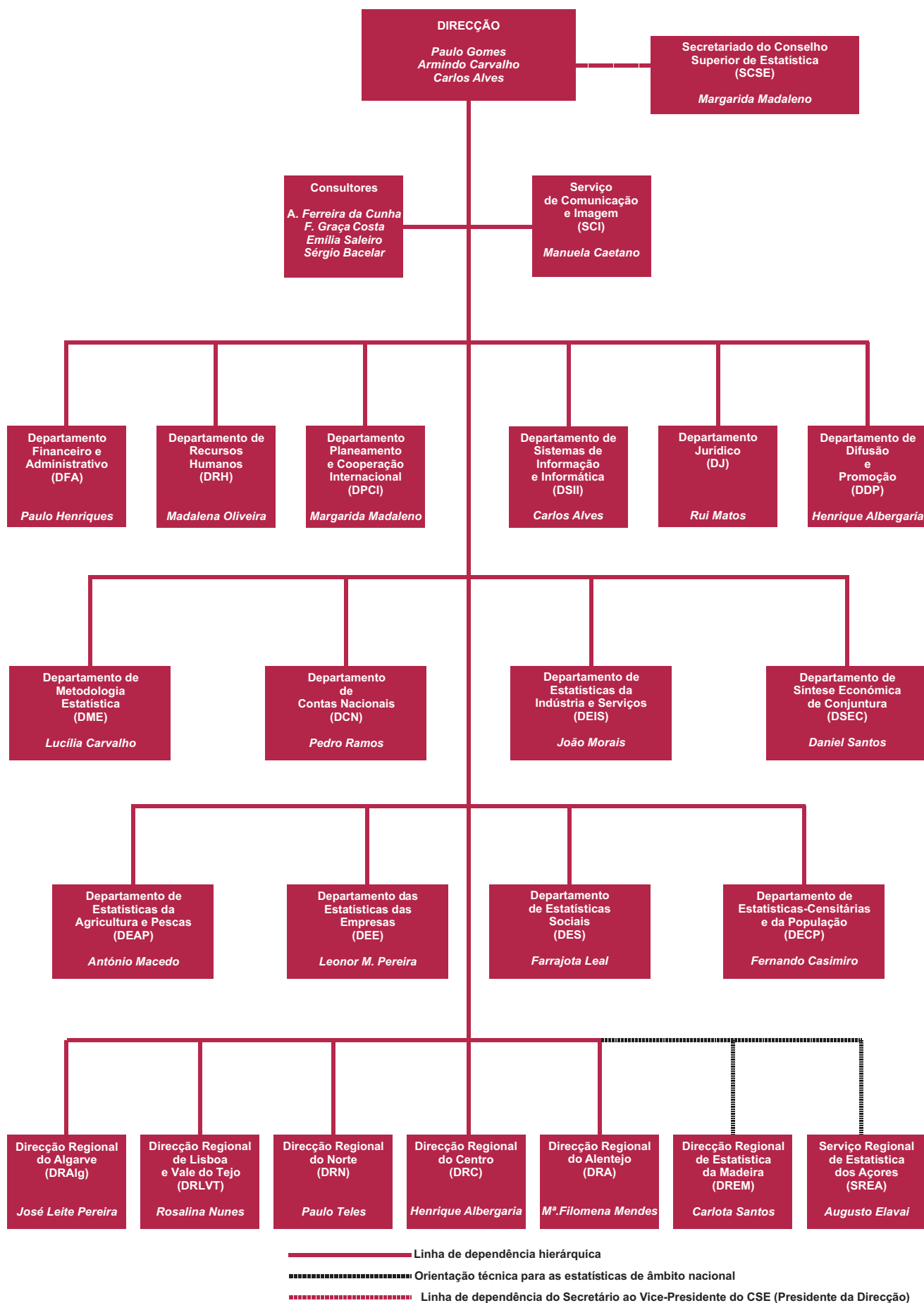
Mantém-se em vigor, contudo, a sua respectiva lei orgânica (Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto) com as devidas adaptações.

Deste facto não resulta a necessidade de quaisquer alterações aos critérios contabilísticos, continuando a aplicar-se o POCP na preparação da informação contabilística a disponibilizar, sendo que essa informação é comparável com a informação disponibilizada no exercício anterior.

8.1.2 Legislação aplicável

O INE foi criado pela Lei nº 1911, de 25 de Maio de 1935, data em que foram pela primeira vez estabelecidos os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional. Desde então, quer a lei orgânica do INE, quer os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional mantiveram-se praticamente inalterados não obstante se ter verificado a publicação de numerosos diplomas legais. Actualmente, é a Lei nº 6/89, de 15 de Abril, que estabelece as bases gerais do Sistema Estatístico Nacional e o Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto, que publica os estatutos do INE.

8.1.3 Estrutura organizacional do INE e identificação dos responsáveis, à data de 31 de Dezembro de 2002



8.1.4 Descrição sumária das actividades

Este ponto encontra-se devidamente desenvolvido no relatório do Conselho de Administração.

8.1.6 Organização contabilística

- (a) O INE dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Manual de Planeamento e Controlo, Plano de Contas e de um adequado Sistema de Contabilidade Analítica e Orçamental.
- (b) A informação contabilística é disponibilizada mensalmente, no final da 1ª quinzena do mês seguinte a que se refere.
- (c) Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extractos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.
- (d) São elaboradas mensalmente conciliações bancárias, tanto pela Tesouraria como pela Contabilidade Geral.
- (e) As contas de terceiros são analisadas mensalmente.
- (f) Existe inventário permanente para todas as existências.
- (g) São feitos inventários físicos no final de cada exercício, cabendo ao Departamento Financeiro e Administrativo emitir as devidas instruções.
- (h) Existe uma aplicação informática específica, onde se encontram cadastrados todos os bens do activo imobilizado.
- (i) Existe controlo orçamental, com periodicidade mensal, baseado num adequado sistema de contabilidade analítica e orçamental.
- (j) O Serviço de Contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Trimestral:

Balanço;
Demonstração dos Resultados;

Informação Mensal:

Balancetes do Razão, geral e analítico;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por natureza;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por unidade orgânica;
Quadros do controlo orçamental de investimentos, por natureza.

8.1.5 Recursos Humanos, à data de 31 de Dezembro de 2002

CATEGORIA	Nº EFEC-TIVOS	RELACÃO JUR. EMPREGO		DEPARTAMENTO																							
		QUAD.	TER. REQ.	OSOC	DPCI	SCI	DEAP	DEIS	DEE	DSEC	DES	DECP	DSII	DFA	DRH	DJ	DCN	DME	DDP	DRN	DRC	DRA	DRLVT	DRAIG	CSE	GDINE	
Pres./Vogais Executivos	3	3			3																						
Vogais N/ Executivos	1		1		1																						
Dir. Depart. e Dir. Regionais	17	11	1	5		1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Director Adjunto	2	2									1		1														
Chefes de Serviço	47	44		3		2	1	2	2	3	3	3	1	3	1	1	2	6	3	1	4	1	1	4	2	1	
Chefes de Serviço Adjunto																											
Chefes Secção/Coord.Nucleo	101	100		1		2	7	4	4	3	5	3	15	5	2	1		3	5	12	8	8	10	4			
Consultores	5	4		1	4								1														
Tec. Sup. Estatistica	180	133	46	1	2	9		12	8	12	11	15	8				31	14	3	16	7	5	14	12	1		
Outros Tec. Superiores	24	24				4					1		1		1	5	2		2	3	2			2		1	
Adjuntos de Estatistica	248	244	4			2	1	13	35	12	19	10	9	2	2	4		9	17	7	47	11	7	35	4	1	1
Administrativos	49	46	3				1	1	1		3	1		2	7	4	2		2	1	4	6	6	7			1
Outros Tec. Profissionais	92	88	4		5	4	4	1	1	1	2	2	3		2	2	1	2	3	12	11	10	8	15	3		
Apoio Geral	20	19	1		2		4							1	7		1			1	1	1				2	
Tec. Sup. Informatica	40	37	3								1	1		23				1			8	4	2				
Tec. Prof. Informatica	44	41	3						14		1	2		16						1	1	2	2	5			
TOTALS	873	796	65	12	17	22	13	37	66	33	46	40	28	62	26	19	10	50	45	34	107	51	40	93	26	4	4

8.1.7 Outra informação considerada relevante

- (a) Não existe órgão interno de auditoria.
- (b) Existem fundos fixos de caixa.
- (c) A maior parte das receitas cobradas são depositadas no mesmo dia. Excepcionalmente, podem transitar para o dia seguinte. Observa-se, ainda, para grandes montantes, transferências bancárias.
- (d) Os valores em caixa são controlados periodicamente, emitindo-se relatório discriminativo dos montantes existentes, por espécie. A periodicidade é semanal, em dia fixo, estando o controlo a cargo da chefia do Serviço Financeiro.
- (e) Existe centralização das compras. São realizadas através da Secção de Aprovisionamentos do Departamento Financeiro e Administrativo. Ocorrem, no entanto, situações pontuais de descentralização, especialmente a nível das Direcções Regionais, no que se refere à aquisição de bens e serviços de utilização local.
- (f) Todas as compras são conferidas e controladas nos actos de recepção.
- (g) Toda a facturação (recebida e emitida) é sistematicamente controlada pelos órgãos intervenientes.
- (h) Existe separação e segregação das funções de facturação, de registo e de controlo das contas correntes.
- (i) As folhas de vencimentos e salários são supervisionadas por pessoas diferentes das que as elaboram.
- (j) Os bens e direitos do INE estão convenientemente salvaguardados, quer por práticas de controlo interno quer através de seguros patrimoniais.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

8.2.1 Derrogações ao POCP

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro.

A informação referente ao presente exercício é, nos aspectos relevantes, comparável com a do ano anterior, apesar de, até 31 de Dezembro de 1999, o INE ter preparado as suas contas em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.3 Principais políticas e critérios contabilísticos**(a) Especialização dos exercícios**

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

(b) Vendas e prestações de serviços

Estas rubricas reflectem as receitas próprias do INE, provenientes das vendas de publicações e dos serviços prestados no âmbito dos diversos inquéritos realizados a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

(c) Proveitos suplementares

Esta rubrica reflecte, essencialmente, os reembolsos de despesas efectuadas pelo INE no âmbito das acções de cooperação e os patrocínios recebidos.

(d) Subsídios à exploração e ao investimento**(di) Subsídios correntes obtidos – Orçamento de Funcionamento e PIDDAC**

Devido ao facto de a actividade do Instituto ser financiada essencialmente por subsídios do Estado, e este ser responsável por cobrir qualquer déficit financeiro e que qualquer superavit será deduzido a subsídios futuros, os proveitos são especializados tendo em consideração o acima referido por contrapartida da rubrica de Outros devedores e/ou Outros credores. Assim, excepto quanto às situações que não originam movimentos de fundos, nomeadamente:

- Constituição, reforço e/ou anulações de provisões;
- Amortização dos bens do imobilizado à data do balanço inicial, que tiveram como contrapartida Fundos próprios – Património; e
- Existências de Produtos acabados / Variação da produção

todos os outros custos são compensados no exercício com proveitos resultantes de subsídios recebidos ou a receber do Estado ou receitas próprias.

(dii) Outros subsídios

Os subsídios abaixo referidos são contabilizados em proveitos na proporção dos custos elegíveis incorridos:

- Contribuições financeiras provenientes de organismos da União Europeia, nomeadamente do Eurostat (Serviço de Estatística da Comissão Europeia (ver Nota 8.2.3 (h)); e
- Verbas provenientes das Comissões de Coordenação Regionais ao abrigo das candidaturas regionais aos fundos comunitários (ver Nota 8.2.3 (h)).

(diii) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos em balanço na data da respectiva realização dos investimentos e são transferidos para proveitos durante o período de vida útil estimada do bem com que estão directamente relacionados, na proporção dos montantes das reintegrações contabilísticas.

(e) Imobilizações corpóreas e amortizações

Os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, com excepção dos edifícios e terrenos adquiridos antes de 28 de Agosto de 1989, os quais foram, a essa data, objecto de avaliação por parte de avaliador independente.

O INE calcula as amortizações do imobilizado corpóreo segundo o método das quotas constantes utilizando-se para o efeito as taxas fiscais máximas previstas no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro. O INE não utilizou, no exercício, para efeitos de cálculo de amortizações do imobilizado corpóreo, o previsto na Portaria nº 671/2000 (2ª série), de 17 de Abril, pelo facto da aplicação deste normativo não originar alterações patrimoniais significativas com impacto nas demonstrações financeiras.

Dentro de cada rubrica, foram praticadas taxas compreendidas nos intervalos a seguir referidos:

Edifícios e outras construções	2% - 25%
Equipamento básico	10% - 25%
Equipamento de transporte	25%
Ferramentas e utensílios	10% - 25%
Equipamento administrativo	8,33% - 25%
Equipamento de informática	10% - 33,33%
Outras imobilizações corpóreas	10% - 33,33%

(f) Existências e provisões para depreciação de existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo respectivo preço de aquisição. Como método de valorização das saídas é utilizado o preço médio.

Os produtos acabados e intermédios são valorizados ao preço de mercado, dado este ser inferior ao custo de produção.

A provisão para depreciação das existências tem por base de cálculo o ano de edição, uma vez que a procura recai sobre as publicações com dados mais recentes, utilizando-se as seguintes taxas:

95% para publicações editadas há mais de 24 meses;
80% para publicações editadas há mais de 12 e menos de 24 meses;
0% para publicações editadas há menos de 12 meses.

Considera-se que a provisão assim calculada reflecte de forma adequada os riscos efectivos de perda possível.

(g) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas tem por base de cálculo o prazo médio de recebimento, utilizando-se as seguintes taxas:

100% para créditos em mora há mais de 24 meses;
50% para créditos em mora há mais de 12 e menos de 24 meses;
0% para créditos em mora há menos de 12 meses.

O valor da provisão assim calculada é idêntico ao montante considerado necessário numa perspectiva de risco efectivo de cobrança.

(h) Acréscimos de proveitos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização dos proveitos relacionados com:

- As contribuições financeiras provenientes da Comissão Europeia, em função da periodização dos custos elegíveis para efeitos de justificação da contribuição; e
- Os financiamentos a receber das Comissões de Coordenação Regionais no final de cada exercício, em função das despesas elegíveis para o período.

(i) Proveitos diferidos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização:

- dos subsídios ao investimento e à exploração conforme descrito na Nota 8.2.3 (d) acima; e
- da parte dos serviços prestados facturados e ainda não prestados (ver Nota 8.2.39 (c)).

(j) Complemento para Pensão de Reforma

Em 21 de Dezembro de 1999, o INE procedeu à constituição de um fundo de pensões fechado e de contribuição definida a favor dos seus empregados. Assim, as contribuições anuais ou extraordinárias que foram feitas para o fundo foram registadas em custos do exercício em que ocorreram.

Em 30 de Abril de 2001, o fundo de pensões foi alterado, tendo passado de contribuição definida, para benefícios definidos, sendo registado em custos do exercício o valor entregue ao Fundo, o qual, grosso modo, corresponde ao aumento das responsabilidades pelo complemento das pensões de reforma (ver Nota 8.2.39 (e)).

8.2.7 Movimentos no activo imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos	15.303.550,07	0,00	0,00	0,00	15.303.550,07
Edifícios e outras construções	11.567.459,27	140.748,76	0,00	26.054,60	11.734.262,63
Equipamento básico	1.278.520,42	45.713,11	(47.294,73)	0,00	1.276.938,80
Equipamento de transporte	486.013,87	0,00	0,00	0,00	486.013,87
Ferramentas e utensílios	76.246,50	17.509,77	0,00	0,00	93.756,27
Equipamento administrativo	2.630.076,84	472.428,63	(108.205,81)	0,00	2.994.299,66
Equipamento de informática	22.050.862,02	1.813.340,30	(257.142,27)	231.297,86	23.838.357,91
Outras imobilizações corpóreas	299.906,23	0,00	0,00	0,00	299.906,23
Imobilizações em curso	677.688,34	368.107,98	0,00	(259.945,11)	785.851,21
Totais	54.370.323,56	2.857.848,55	(412.642,81)	(2.592,65)	56.812.936,65

AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	2.577.843,37	333.242,96	0,00	0,00	2.911.086,33
Equipamento básico	817.477,09	122.973,64	(46.261,80)	0,00	894.188,93
Equipamento de transporte	271.617,91	96.099,27	0,00	0,00	367.717,18
Ferramentas e utensílios	50.813,66	6.289,80	0,00	0,00	57.103,46
Equipamento administrativo	1.755.870,12	234.628,68	(100.727,22)	0,00	1.889.771,58
Equipamento de informática	16.042.375,33	2.633.266,13	(253.663,67)	0,00	18.421.977,79
Outras imobilizações corpóreas	38.041,08	1.843,55	0,00	0,00	39.884,63
Totais	21.554.038,56	3.428.344,03	(400.652,69)	0,00	24.581.729,90

8.2.8 Mapa de reintegrações e amortizações (ver Nota 8.2.3 (e))

Encontra-se disponível no Departamento Financeiro e Administrativo deste Instituto a informação referente a este ponto, mas dado ser um documento muito extenso e como a informação global já se encontra devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não incluir o mencionado mapa (ver Nota 8.2.7).

8.2.12 Outras informações relativas ao imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

As imobilizações estão afectas, na totalidade, à actividade do INE.

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo da rubrica de Imobilizações em curso incluía os custos já incorridos com estudos e projectos referentes à remodelação do Edifício Sede do Instituto, no montante de 743.387,70.

Os bens do imobilizado em poder de terceiros, constantes do Balanço em 31 de Dezembro de 2002, pertencem à rubrica equipamento de informática e encontram-se afectos às seguintes entidades:

Entidades	V. Aquisição	Amort. Acum.	V. Liq. Contab.
Serviço Regional de Estatística dos Açores	80.687,95	80.687,95	0,00
Direcção Regional de Estatística da Madeira	134.915,73	90.859,47	44.056,26
Direcções Regionais de Agricultura	114.610,82	100.916,13	13.694,69
Totais	330.214,50	272.463,55	57.750,95

8.2.24 Valores a pagar e a receber do pessoal

Em 31 de Dezembro de 2002 as responsabilidades assumidas com o pessoal ascendem a cerca de 3.251.889,39 (2001: 3.360.482,95) e correspondem às férias, subsídios de férias e respectivos encargos vencidos em 2002 e a pagar em 2003, encontrando-se registados em acréscimos de custos.

Em 31 de Dezembro de 2002 o valor a receber do pessoal ascende a 27.094,67 (2001: 45.278,95) e tem o seguinte desenvolvimento:

	2002	2001
Adiantamentos com cooperação	1.882,27	12.949,61
Adiantamentos com deslocações	24.254,35	32.329,34
Seguros de pessoal, c/c	958,05	0,00

8.2.31 Movimento das provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	11.983,49	4.006,92	0,00	15.990,41
Provisões para depreciação de existências	975.067,28	0,00	(69.577,02)	905.490,26
Subtotal	987.050,77	4.006,92	(69.577,02)	921.480,67
Provisões para riscos e encargos	3.621.361,22	0,00	(3.621.361,22)	0,00
Totais	4.608.411,99	4.006,92	(3.690.938,24)	921.480,67

As movimentações das contas de provisões para cobranças duvidosas e depreciação de existências são efectuadas de acordo com o referido nas Notas 8.2.3 (g) e 8.2.3 (f), respectivamente.

Quanto à anulação das verbas afectas à conta de provisões para riscos e encargos, o respectivo movimento assenta nos seguintes factos:

(a) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Tal como era mencionado nos Relatórios e Contas de exercícios anteriores, encontrava-se em litígio e pendente de decisão judicial um montante relacionado com imposto em falta e respectivos juros que tinham sido objecto de notificação (1996) por parte dos Serviços do IVA.

Este Instituto tinha, em devido tempo, apresentado reclamação e posteriormente recurso hierárquico o qual obteve despacho de Sua Excelência a Ministra de Estado e das Finanças, nº 712/02/MEF, de 25/10/2002, no sentido de que o processo em análise fosse anulado, pelo que neste exercício se procedeu à anulação da provisão efectuada em anos anteriores no montante de 2.529.885,19 (ver Nota 8.2.38).

(b) Imposto sobre o Rendimento (IRS)

A regularização das verbas provisionadas para fazer face a este encargo e tal como era referido no Relatório e Contas de 2001, resultou na entrega nos Cofres do Estado, durante o presente exercício, dos montantes apurados e considerados em dívida, na sequência da auditoria efectuada pela Direcção-Geral de Contribuições e Impostos que compreendeu o período de Janeiro de 1997 a Dezembro de 1999, pelo que neste exercício foi utilizada a provisão constituída em exercícios anteriores no montante de 1.091.422,00.

8.2.32 Movimentos ocorridos no exercício em rubricas de fundos próprios

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Património	20.772.818,99	0,00	0,00	20.772.818,99
Resultados transitados	(5.106.051,83)	0,00	(325.988,69)	(5.432.040,52)
Resultado líquido do exercício:				
2001	(325.988,69)	325.988,69	0,00	0,00
2002	0,00	3.559.728,50	0,00	3.559.728,50
Totais	15.340.778,47	3.885.717,19	(325.988,69)	18.900.506,97

As variações ocorridas por aplicação do resultado do exercício têm origem em despacho específico do Ministro da Tutela, no âmbito do processo de aprovação das contas daquele exercício.

O saldo da rubrica Património, no montante de 20.772.818,99, corresponde à diferença que foi apurada com referência a 28 de Agosto de 1989, entre o valor do conjunto dos bens e direitos e das obrigações, determinados com base nos inventários, avaliações e registos disponíveis, à data da transformação do INE em Instituto Público.

O Resultado líquido do exercício e em conformidade com o referido na Nota 8.2.3 (di), resulta dos seguintes factos:

Amortizações do exercício de bens não subsidiados	(86.042,63)
Constituição, aumentos e/ou reduções de Provisões	3.686.931,32
Variação da Produção	(56.715,20)
Outras situações	15.555,01
Resultado líquido do exercício	3.559.728,50

8.2.33 Demonstração do custo das matérias consumidas

Movimento de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Existências iniciais	118.557,33
Compras	346.237,96
Regularização de existências	395,66
Existências finais	(126.131,51)
Custos no exercício	339.059,44

8.2.34 Demonstração da variação de produção

Movimento de Produtos acabados e intermédios	
Existências finais	1.325.628,32
Existências iniciais	(1.382.343,52)
Aumentos no exercício	(56.715,20)

8.2.35 Repartição, por mercados, do valor líquido das vendas e das prestações de serviços

Rubricas	M. Interno	M. Externo	Total
Vendas	195.975,03	3.778,78	199.753,81
Prestações de serviços	1.080.906,42	185.473,48	1.266.379,90
Totais	1.276.881,45	189.252,26	1.466.133,71

8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
681 - Juros suportados (a)	322.941,59	9.269,09	781 - Juros obtidos	73.573,18	146.378,81
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	171,92	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	318,29	51,23
688 - Outros custos e perdas financeiros	9.120,19	9.119,22	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Resultados financeiros	(258.170,31)	127.869,81			
	73.891,47	146.430,04		73.891,47	146.430,04

(a) Em 2002 o montante dos juros suportados inclui essencialmente os juros de mora e compensatórios imputados ao exercício referentes ao processo instaurado pela Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (ver Nota 8.2.31).

8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
692 - Dívidas incobráveis	0,00	1.481,83	792 - Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693 - Perdas em existências	0,00	1.680,15	793 - Ganhos em existências	395,66	2.298,43
694 - Perdas em imobilizações	0,00	346,17	794 - Ganhos em imobilizações	10.145,43	66.376,99
695 - Multas e penalidades	0,00	124,70	796 - Reduções de amortizações e provisões (a)	2.599.462,21	8.303,32
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	26.839,22	72.999,63	797 - Correções relativas a exercícios anteriores	397,35	393.448,68
698 - Outros custos e perdas extraordinários	3.155,76	142.113,65	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (b)	3.414.578,64	3.025.088,69
Resultados extraordinários	5.994.984,31	3.276.769,99			
	6.024.979,29	3.495.516,11		6.024.979,29	3.495.516,11

(a) A rubrica de Reduções de amortizações e provisões inclui:

- Anulação da provisão para IVA (ver Nota 8.2.31) 2.529.885,19
- Redução da provisão para existências (ver Nota 8.2.31) 69.577,02

(b) A rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de 3.350.282,16 (2001: 3.020.521,83) referente ao valor dos subsídios ao investimento transferido para proveitos, conforme descrito na Nota 8.2.3 (dii) (Ver também Nota 8.2.39 (b)).

8.2.39 Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

(a) Outros devedores

Rubricas	2002	2001
EUROSTAT	1.751.205,99	1.152.637,99
Especialização do exercício do Orçamento do Estado	840.492,65	122.545,42
Direcções e serviços regionais	40.822,00	0,00
Pessoal	27.094,67	44.255,40
Outros	0,00	6.575,38
Totais	2.659.615,31	1.326.014,19

(b) Acréscimos de proveitos (ver Nota 8.2.3 (h))

Rubricas	2002	2001
Candidaturas Regionais	259.435,15	413.388,12
Comissão Europeia/Eurostat	594.502,23	2.092.857,45
Outros acréscimos de proveitos	0,00	55.176,40
Totais	853.937,38	2.561.421,97

(c) Proveitos diferidos (ver Nota 8.2.3 (i))

Rubricas	2002	2001
Subsídios ao investimento anos seguintes (ver Nota 8.2.3 (diii))	0,00	352.897,82
Subsídios ao investimento (ver Nota 8.2.3 (diii))	13.860.978,94	14.367.995,28
Prestações de serviços	8.445,55	0,00
Comissão Europeia/Eurostat (ver Nota 8.2.3 (dii))	97.150,11	121.446,69
Totais	13.966.574,60	14.842.339,79

A rubrica de subsídios ao investimento decompõe-se como segue, por contas do imobilizado:

Rubricas	2002	2001
Terrenos	339.847,63	347.828,40
Edifícios e outras construções	5.668.279,60	5.748.676,55
Equipamento básico	382.749,87	461.043,31
Equipamento de transporte	118.296,69	214.395,93
Ferramentas e utensílios	36.652,81	25.432,82
Equipamento administrativo	1.104.528,08	874.206,73
Equipamento informático	5.416.380,12	6.008.486,70
Outras imobilizações corpóreas	8.392,93	10.236,49
Imobilizações em curso	785.851,21	677.688,34
Totais	13.860.978,94	14.367.995,28

A variação no exercício de subsídios ao investimento é a seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2001	14.367.995,28
Reforço (PIDDAC)	2.857.848,55
Valor transferido para proveitos do exercício (ver Notas 8.2.3 (dii) e 8.2.38)	(3.350.282,16)
Outras reduções, por abates	(14.582,73)
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	13.860.978,94

(d) Transferências e subsídios correntes obtidos

O valor das transferências e dos subsídios correntes obtidos evidenciado na Demonstração dos resultados engloba montantes com origens diferenciadas (ver Nota 8.2.3 (di) e (dii)), como segue:

Rubricas	2002	2001
Orçamento de Funcionamento	21.276.819,00	15.427.818,95
Orçamento do PIDDAC	14.832.550,89	38.699.238,71
Comissão Europeia/Eurostat	1.650.591,74	1.434.266,78
Candidaturas Regionais/Outros	335.424,90	639.269,42
Especialização de verbas do Orçamento do Estado	717.947,22	2.141.541,41
Totais	38.813.333,75	58.342.135,27

(e) Complemento de pensões de reforma

Conforme referido na Nota 8.2.3 (j) o INE assumiu em Abril de 2001 responsabilidades pelo pagamento de complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Este plano é aplicável aos empregados no activo, que sejam reformados à idade normal da reforma, os quais terão direito a uma pensão mensal vitalícia, não actualizável correspondente a 10% da remuneração base mensal líquida auferida à data da reforma. Caso o empregado seja considerado total e permanentemente inválido antes da data normal de reforma, e cumpridos os requisitos previstos no período de carência, o plano garante o pagamento de uma pensão vitalícia, pagável mensalmente, calculada com a seguinte formula:

$$PM = 40\% \times (1 - (X - 20)/45) \times RML$$

X – idade do participante na data da reforma

RML = Remuneração base mensal líquida

Os estudos actuariais efectuados por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2002 e 2001, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas, utilizaram o método da Unidade projectada e tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2002	2001
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	3%	
Taxa de crescimento das pensões	0%	
Taxa de rendimento do fundo	6%	
Taxa Técnica actuarial	4%	

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 a cobertura das responsabilidades pelos activos do Fundo que lhes estão afectos, era como segue:

	2002	2001
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	2.199.472,00	1.939.570,00
Valor do Fundo	2.259.972,00	1.964.213,00
Excesso/Insuficiência de cobertura	60.500,00	24.643,00

A variação nas responsabilidades por serviços passados decompõem-se como segue:

Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2001	1.939.571,00
Custos correntes	115.416,00
Custos com juros	123.222,00
Perda actuarial	23.826,00
Pagamento	(2.562,00)
Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2002	2.199.473,00

Também, conforme referido na Nota 8.2.3 (j), o INE registou em custos dos exercícios os montantes entregues ao Fundo para cobertura das responsabilidades, cujo valor não difere de forma significativa do custo do exercício calculado em conformidade com o previsto na Directriz Contabilística nº 19.

Alterações Orçamentais - Despesa

(Valores em euros)

Classificação económica		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			Reposições abatidas aos pagamentos (8)	Dotações corrigidas (9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)+(8)	Observações (10)	
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)				Modificações na redacção da rubrica (7)
			Reforços (4)	Anulações (5)					
	Desp. Func. Normal								
01.01.	Remun. Certas e permanentes	17.676.242,00	980.000,00	-272.520,00	0,00	0,00	18.383.722,00		
01.02.	Ab. Variáveis ou eventuais	887.860,00	353.010,00	-46.370,00	0,00	0,00	1.194.500,00		
01.03.	Segurança social	4.959.969,00	1.220.462,00	-897.582,00	0,00	0,00	5.282.849,00		
02.03	Aquisição de serviços	0,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	64.000,00		
06.03	Out. Despesas correntes	0,00	4.533.000,00	0,00	0,00	0,00	4.533.000,00		
	Total Desp. Func. Normal	23.524.071,00	7.150.472,00	-1.216.472,00	0,00	0,00	29.458.071,00		
	Desp. Investimentos Plano								
	CENSOS 2001								
01.	Desp com o pessoal	1.795.800,00	176.224,00	-100.912,00	0,00	0,00	1.871.112,00		
02.	Aq. bens serviços correntes	797.700,00	0,00	-75.312,00	0,00	0,00	722.388,00		
07.	Aq. bens capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Subtotal 01	2.593.500,00	176.224,00	-176.224,00	0,00	0,00	2.593.500,00		
	AMPL. ED. SEDE INE								
01.	Desp com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
02.	Aq. bens serviços correntes	698.415,00	110.000,00	-110.000,00	0,00	0,00	698.415,00		
07.	Aq. bens capital	4.738.580,00	336.938,00	0,00	0,00	0,00	5.075.518,00		
	Subtotal 02	5.436.995,00	446.938,00	-110.000,00	0,00	0,00	5.773.933,00		
	DES. S. INF. EC. SOCIAL								
01.	Desp com o pessoal	1.471.380,00	56.676,00	-155.788,00	0,00	0,00	1.372.268,00		
02.	Aq. bens serviços correntes	11.347.875,00	1.078.008,00	-898.406,00	0,00	0,00	11.527.477,00		
07.	Aq. bens capital	4.090.145,00	493.072,00	-493.072,00	0,00	0,00	4.090.145,00		
	Subtotal 03	16.909.400,00	1.627.756,00	-1.547.266,00	0,00	0,00	16.989.890,00		
	Total Desp. Invest. Plano	24.939.895,00	2.250.918,00	-1.833.490,00	0,00	0,00	25.357.323,00		
	Total	48.463.966,00	9.401.390,00	-3.049.962,00	0,00	0,00	54.815.394,00		

Alterações Orçamentais - Receita

Classificação económica			Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Código (1)	Descrição (2)	Créditos especiais (4)		Reforços (5)	Anulações (6)			
	Receitas Func. Normal							
03.01.	Taxas	24.940,00	0,00	10,00	-18.365,00	6.585,00		
04.04.	Juros - Inst. Crédito	74.820,00	0,00	1.000,00	-1.500,00	74.320,00		
05.02.	Tranf. Orç. Estado	9.034.043,00	0,00	15.304.858,00	0,00	24.338.901,00		
05.07.	Sub. Exterior U. E.	2.094.950,00	0,00	505.000,00	-49.950,00	2.550.000,00		
06.02.	Vendas Bens n/ Duradouros	324.220,00	0,00	10.000,00	-64.220,00	270.000,00		
06.03.	Serviços	11.472.298,00	0,00	0,00	-9.744.033,00	1.728.265,00		
07.01	Out. Receitas Correntes	498.800,00	0,00	50.000,00	-58.800,00	490.000,00		
	Total Rec. Func. Normal	23.524.071,00	0,00	15.870.868,00	-9.936.868,00	29.458.071,00		
	Receitas Investimento Plano							
	CENSOS 2001							
05.02.	Correntes - Orç. Estado	2.593.500,00	0,00	0,00	0,00	2.593.500,00		
09.02.	Capital - Orç. Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
12.01	Outras - Saldo Gerência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Subtotal 01	2.593.500,00	0,00	0,00	0,00	2.593.500,00		
	AMP. ED. SEDE INE							
05.02.	Correntes - Orç. Estado	698.415,00	0,00	0,00	0,00	698.415,00		
09.02.	Capital - Orç. Estado	4.738.580,00	0,00	0,00	0,00	4.738.580,00		
12.01	Outras - Saldo Gerência	0,00	0,00	336.938,00	0,00	336.938,00		
	Subtotal 02	5.436.995,00	0,00	336.938,00	0,00	5.773.933,00		
	DES. S. INF. EC. SOCIAL							
05.02.	Correntes - Orç. Estado	12.819.255,00	0,00	0,00	0,00	12.819.255,00		
09.02.	Capital - Orç. Estado	4.090.145,00	0,00	0,00	0,00	4.090.145,00		
12.01	Outras - Saldo Gerência	0,00	0,00	80.490,00	0,00	80.490,00		
	Subtotal 03	16.909.400,00	0,00	80.490,00	0,00	16.989.890,00		
	Total Rec. Invest. Plano	24.939.895,00	0,00	417.428,00	0,00	25.357.323,00		
	Total	48.463.966,00	0,00	16.288.296,00	-9.936.868,00	54.815.394,00		

Execução de Programas e Projectos de Investimento

(Valores em euros)

Programas/projectos		Valor global inicial do programa/projecto (a) (3)	Fontes de financiamento (4)	Programs/projectos iniciados em exercícos anteriores				Programas/projectos iniciados no exercício					Exercícios futuros (financiamentos previstos (b)) (16)		
Código	Designação			Previsões ajustadas		Financiamento		Execução		Previsões ajustadas		Financiamento		Execução do ano	
				Compo-nente anual (5)	Valor global (6)	Compo-nente anual (7)	Valor global (8)	De anos anteriores (9)	Do ano (10)	Compo-nente anual (11)	Valor global (12)	Compo-nente anual (13)			Valor global (14)
01	CENSOS 2001	45.302.985,00	PIDDAC	2.593.500,00	45.302.985,00	2.442.202,00	45.302.985,00	45.302.985,00	2.442.202,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.360.000,00	
02	AMPL. ED. SEDE INE	22.174.847,00	PIDDAC	5.773.933,00	22.174.847,00	1.036.015,00	22.174.847,00	22.174.847,00	1.036.015,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.165.000,00	
03	DES.SIST.INF.E.SOCIAL	66.688.344,34	PIDDAC	16.989.890,00	66.688.344,34	14.274.120,00	66.688.344,34	66.688.344,34	14.274.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.573.000,00	
TOTAL			-	25.357.323,00	134.166.176,34	17.752.337,00	134.166.176,34	134.166.176,34	17.752.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.098.000,00	

Observações:

a) Os montantes considerados nesta coluna têm como referência o ano de 1998, uma vez não existir, para todos os Programas/Projectos, informação disponível e de fácil acesso desde o seu início.

b) Os montantes inscritos nesta coluna têm por base a informação retirada das fichas de caracterização dos Programas/Projectos aquando da preparação do PIDDAC. O ano de referência é o seguinte ao da elaboração do Relatório e Contas.

Transferências Correntes - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Lei do Orçamento de Estado para 2002 - Orç. Funcionamento	13.567.043,00	10.504.961,00
Recurso Dotação Provisional - Orç. Funcionamento	10.771.858,00	10.771.858,00
Lei do Orçamento de Estado para 2002 - CAPº 50º (PIDDAC):		
Programa 01 - CENSOS 2001	2.593.500,00	2.442.202,00
Programa 02 - AMPLIAÇÃO ED. SEDE INE	5.436.995,00	499.077,00
Programa 03 - DES. S. INF. EC. SOCIAL	16.909.400,00	11.120.030,00
TOTAL	49.278.796,00	35.338.128,00

Transferências de Capital - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Lei do Orçamento de Estado para 2002 - CAPº 50º (PIDDAC):		
Programa 01 - CENSOS 2001	0,00	0,00
Programa 02 - AMPLIAÇÃO ED. SEDE INE	4.738.580,00	200.000,00
Programa 03 - DES. S. INF. EC. SOCIAL	4.090.145,00	3.073.600,00
TOTAL	8.828.725,00	3.273.600,00

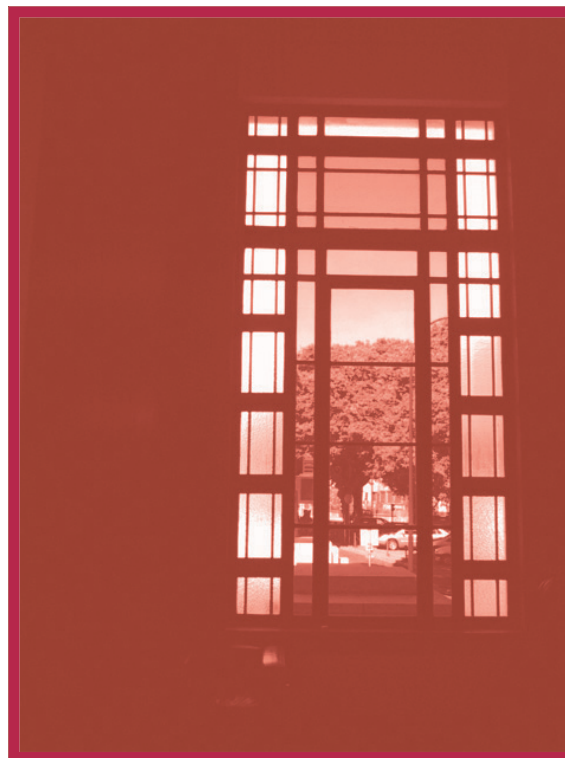
Subsídios Obtidos

(1) Disposições legais	(2) Finalidade	(3) Subsídios recebidos	(4) Subsídios previstos e não recebidos
Subvenções com o EUROSTAT	Apelo de projectos para obtenção de informação estatística harmonizada entre Estados Membros	2.526.082,38	1.751.205,99
Subvenções com a CCRNorte	Financiar projectos para obtenção de informação estatística ao nível regional	343.419,77	126.533,04
Subvenções com a CCRCentro	Financiar projectos para obtenção de informação estatística ao nível regional	0,00	0,00
Subvenções com a CCRLisboa Vale Tejo	Financiar projectos para obtenção de informação estatística ao nível regional	83.134,83	132.902,11
Subvenções com a CCRAAlentejo	Financiar projectos para obtenção de informação estatística ao nível regional	14.158,21	0,00
Subvenções com a CCRAAlgarve	Financiar projectos para obtenção de informação estatística ao nível regional	0,00	0,00
Subvenções no âmbito da Cooperação	Financiar acções de cooperação no âmbito de determinados projectos estatísticos	45.819,71	0,00
	TOTAL	3.012.614,90	2.010.641,14

(Valores em euros)

RELATÓRIO E CONTAS 2002

RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. Efectuámos a auditoria ao balanço do **Instituto Nacional de Estatística** à data de 31 de Dezembro de 2002, bem como à Demonstração dos Resultados por Naturezas, Mapas de Controlo Orçamental – Despesas e Receitas e Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e respectivos Anexos. Estas Demonstrações Financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Estatística. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras baseada na nossa auditoria. As Demonstrações Financeiras do Exercício de 2001 não foram objecto de auditoria.

2. Excepto quanto à limitação descrita no ponto 3 abaixo, a nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas de Auditoria geralmente aceites em Portugal. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a se obter um grau de segurança aceitável sobre se as referidas Demonstrações Financeiras não contém distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de amostragem, do suporte dos valores e informações constantes das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela Administração bem como a apreciação da adequacidade da apresentação das Demonstrações Financeiras. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base aceitável para a emissão da nossa opinião.

3. No que respeita aos Mapas de Execução Orçamental; Mapas de Controlo Orçamental – Despesas e Receitas e Mapa de Fluxos de Caixa, os custos totais por natureza não nos merecem reparo, no entanto não é possível verificar a adequacidade dos montantes individuais das despesas por natureza evidenciados em cada um dos programas incluídos nas Despesas de Investimento do Plano (Censos 2001, Ampliação do Edifício da Sede e Desenvolvimento de Sistemas de Informação Económica e Social). Segundo os Serviços, esta situação resulta do facto das verbas disponibilizadas através do Orçamento Geral do Estado, com vista à cobertura das “Despesas de Funcionamento Normal”, serem insuficientes para fazer face às despesas reais de funcionamento do INE. Nestas circunstâncias, não estamos em condições de quantificar as reclassificações que essas condicionantes terão provocado na apresentação dos Mapas de Controlo Orçamental – Despesas e Receitas e Mapa de Fluxos de Caixa referentes ao exercício de 2002.

4. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que seria necessário efectuar caso não existisse a limitação referida no parágrafo 3 acima, as Demonstrações Financeiras referidas no parágrafo 1 também acima, apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos materialmente relevantes, a situação financeira do **Instituto Nacional de Estatística** a 31 de Dezembro de 2002 bem como os resultados das suas operações, as despesas e receitas e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector público, os mais relevantes dos quais se encontram resumidos na Nota 8.2.3 do Anexo.

5. Sem alterar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que conforme referido na Nota 8.2.3 (d i) do Anexo às demonstrações financeiras, as transferências do Orçamento Geral do Estado para financiamento das despesas referentes a projectos participados por terceiros, são reconhecidas como proveitos do exercício a que respeitam independentemente da data do seu recebimento, tendo por base o pressuposto de que o Orçamento Geral do Estado deve ser visto como balanceador das necessidades de tesouraria do INE em cada exercício. No entanto, esta prática contabilística não se encontra explicitamente definida no âmbito das políticas e práticas contabilísticas emanadas pelas entidades competentes.

PriceWaterhouseCoopers

Lisboa, 16 de Abril de 2003

RELATÓRIO E CONTAS 2002

PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Para os efeitos da alínea b) do artigo 14º do Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto, procedemos à verificação da informação do exercício de 2002 do Instituto Nacional de Estatística, a qual inclui: o Relatório de Gestão, o Balanço referente a 31 de Dezembro de 2002, a Demonstração dos resultados e os Mapas de execução orçamental do ano então findo e o respectivo Anexo, mapas financeiros que evidenciam um total de balanço de € 37.093.775,82 e um total de capital próprio de € 18.900.506,97, incluindo um resultado líquido positivo de € 3.559.728,50.

- É da responsabilidade do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Estatística:
- A preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites;
- A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
- A manutenção de um sistema de controlo interno adequados.

O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação acima referida não é incompleta nem contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado, na medida do aplicável, com base nas normas de auditoria geralmente aceites, e planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a avaliar:

- Se as asserções do Conselho de Administração constantes da informação financeira são aceitáveis;
- Se as políticas contabilísticas adoptadas são adequadas, tendo em conta as circunstâncias, e foram consistentemente aplicadas;
- Se a apresentação da informação é adequada.

Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do nosso parecer sobre a informação referida ao exercício de 2002.

Da análise que efectuámos às demonstrações financeiras de 2002 numa perspectiva de execução orçamental salientamos os seguintes aspectos:

- As despesas de exploração ascenderam a € 43.209.546. Tal como em anos anteriores a componente mais significativa é a relativa a custos com o pessoal a qual atingiu o montante de € 27.845.115, registando um aumento, face ao verificado em 2001, de cerca de € 824.003, ou seja, 3,04 %. De notar, no entanto, que para esta variação concorreram, sobretudo dois factores distintos:
 - a) Redução do pessoal contratado a termo certo, nomeadamente o pessoal afecto à operação estatística CENSOS 2001;
 - b) Actualização da tabela salarial, promoções automáticas e promoções por mérito ocorridas durante o exercício em análise.

- As despesas de investimento atingiram o valor de € 2.857.849, montante inferior ao valor orçamentado em € 5.555.181. De sublinhar que a redução face ao orçamento se ficou a dever ao facto de ter sido adiado o projecto relacionado com a ampliação do edifício sede do INE. Em relação aos montantes investidos continua a ser área da informática a com maior peso face às restantes aquisições, sendo que para esta área foram canalizados € 2.044.637, cerca de 71,5 % do total investido.
- Relativamente às receitas as variações mais significativas, face ao orçamentado, são as relacionadas com as dotações vindas do Orçamento do Estado, já que as restantes receitas estão dentro dos valores normais de realização e com montantes idênticos aos realizados no ano anterior. De salientar e tal como estava orçamentado, foi autorizado o recurso à dotação provisional no valor de € 10.771.860, sendo, ainda, de realçar que a maior parte do desvio é explicado pelas seguintes razões:
 - a) Reforço do Orçamento de Funcionamento em € 1.470.916 para fazer face ao pagamento do IRS na sequência do processo que se encontrava em curso no final do ano anterior;
 - b) Cativação de verbas no âmbito do PIDDAC de € 7.604.986 com especial incidência sobre a componente dos investimentos, sobretudo pelo motivo mencionado no ponto anterior.

A síntese comparativa da execução orçamental é a seguinte:

	Orçamento	Realizado	Unid: euros Desvio
Receitas	50.134.985	42.615.417	(7.519.568)
Prestação de Serviços e Subvenções	3.365.594	3.252.298	(113.296)
Vendas	314.093	199.853	(114.240)
Orç. Administração Central (OF + PIDDAC)	45.629.074	38.611.728	(7.017.346)
Outros Proveitos Suplementares e Financeiros	826.224	551.538	(274.686)
Despesas	51.067.273	46.067.395	(4.999.878)
Orçamento de Exploração	42.654.243	43.209.546	555.303
Orçamento de Investimento	8.413.030	2.857.849	(5.555.181)

Relativamente às demonstrações financeiras do exercício, com base no trabalho que efectuámos, nenhum assunto chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 contém distorções que afectem de forma materialmente relevante a sua conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites, pelo que emitimos parecer favorável ao relatório e contas do exercício de 2002, bem como à proposta de aplicação do resultado subscrita pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 29 de Abril de 2003

A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Mário Alberto Duarte Donas
Presidente

João Vítor Albuquerque Freire
Vogal e ROC